

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	94
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	96
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>696.715</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	5.000.147	4.358.127
1.01	Ativo Circulante	1.704.526	1.201.587
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.565.195	913.958
1.01.03	Contas a Receber	658	522
1.01.03.01	Clientes	658	522
1.01.06	Tributos a Recuperar	75.249	60.917
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	75.249	60.917
1.01.07	Despesas Antecipadas	480	112
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	62.944	226.078
1.01.08.03	Outros	62.944	226.078
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	39.100	32.406
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas - Clientes	18.039	189.363
1.01.08.03.03	Outros Créditos	5.805	4.309
1.02	Ativo Não Circulante	3.295.621	3.156.540
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	474.450	1.323.204
1.02.01.07	Tributos Diferidos	40.040	10.997
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.040	10.997
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	433.929	1.311.744
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	433.929	1.311.744
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	481	463
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	481	463
1.02.02	Investimentos	2.781.568	1.787.897
1.02.02.01	Participações Societárias	2.781.568	1.787.897
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.781.568	1.787.897
1.02.03	Imobilizado	19.754	20.882
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.754	20.882
1.02.04	Intangível	19.849	24.557
1.02.04.01	Intangíveis	19.849	24.557

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	5.000.147	4.358.127
2.01	Passivo Circulante	705.768	735.883
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.586	23.850
2.01.01.01	Obrigações Sociais	34.586	23.850
2.01.02	Fornecedores	1.705	7.824
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.705	7.824
2.01.03	Obrigações Fiscais	837	4.245
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	837	4.245
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	837	4.245
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	509.680	654.059
2.01.04.02	Debêntures	507.187	650.996
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.493	3.063
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	2.493	3.063
2.01.05	Outras Obrigações	158.960	45.905
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	532	44.626
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	532	18.204
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	26.422
2.01.05.02	Outros	158.428	1.279
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	111.890	0
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.149	1.279
2.01.05.02.05	Contas a Pagar s/ Aquisição de Empresas	9.506	0
2.01.05.02.06	Acordo de Leniência	35.883	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.361.187	2.599.989
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.313.429	2.554.087
2.02.01.02	Debêntures	3.311.503	2.552.161
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.926	1.926
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	1.926	1.926
2.02.02	Outras Obrigações	46.809	45.270
2.02.02.02	Outros	46.809	45.270
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	39.574	45.270
2.02.02.02.04	Acordo de Leniência	7.235	0
2.02.04	Provisões	949	632
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	949	632
2.03	Patrimônio Líquido	933.192	1.022.255
2.03.01	Capital Social Realizado	816.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	14.333	14.333
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.556	5.556
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não Controladores	8.777	8.777
2.03.04	Reservas de Lucros	139.343	311.207
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reservas de Dividendos	0	171.864
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-37.199	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.236	130.203	40.614	124.413
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.268	-80.760	-25.339	-69.538
3.03	Resultado Bruto	17.968	49.443	15.275	54.875
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-275.973	1.491	144.095	461.005
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-62.971	-93.461	-12.403	-36.498
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-18.253	-49.261	-12.403	-36.502
3.04.02.03	Outras Despesas/receitas líquidas	-22	496	0	4
3.04.02.04	Acordo de Leniência	-44.696	-44.696	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.978	-6.115	-1.399	-4.196
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimento	-3.978	-6.115	-1.399	-4.196
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-209.024	101.067	157.897	501.699
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	-204.045	71.894	145.662	459.533
3.04.06.02	Juros sobre Capital Proprio recebidos	-4.979	29.173	12.235	42.166
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-258.005	50.934	159.370	515.880
3.06	Resultado Financeiro	-42.155	-117.176	-36.828	-83.184
3.06.01	Receitas Financeiras	33.189	109.100	42.572	126.193
3.06.02	Despesas Financeiras	-75.344	-226.276	-79.400	-209.377
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-300.160	-66.242	122.542	432.696
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	16.561	29.043	6.717	6.662
3.08.02	Diferido	16.561	29.043	6.717	6.662
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-283.599	-37.199	129.259	439.358
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-283.599	-37.199	129.259	439.358
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,39008	-0,05339	0,18553	0,63061

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-283.599	-37.199	129.259	439.358
4.03	Resultado Abrangente do Período	-283.599	-37.199	129.259	439.358

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.143	-13.929
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.387	62.012
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido	-37.199	439.358
6.01.01.02	Depreciação e amortização	9.479	9.856
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	3.206	4.196
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	210.621	193.394
6.01.01.05	Prêmio de opções com base em ações	0	40
6.01.01.06	Tributos diferidos	-29.043	-6.663
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-101.066	-501.699
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	6	0
6.01.01.09	Juros sobre Contrato de Mútuo, Cessão Dívida e Debentures Privadas	-53.351	-77.374
6.01.01.10	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	310	483
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	89	90
6.01.01.12	Levantamento dos depósitos judiciais	73	18
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-6	-6
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição de participação	3.572	319
6.01.01.16	Acordo de Leniência	44.696	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.530	-75.941
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-14.332	-6.123
6.01.02.03	Outros créditos	-1.496	-68
6.01.02.04	Fornecedores	-6.119	-3.633
6.01.02.05	Obrigações sociais	10.736	-3.778
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-3.408	1.558
6.01.02.07	Outras contas a pagar	108	-967
6.01.02.08	Partes relacionadas - Clientes	-46.770	-61.991
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-368	-357
6.01.02.10	Pagamento dos depósitos judiciais	-85	-152
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-82	-595
6.01.02.12	Clientes	-136	165
6.01.02.13	Acordo de Leniência	-1.578	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	199.012	351.507
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-3.649	-5.444
6.02.02	Aporte de Capital	-515.368	-18.343
6.02.03	Transações com partes relacionadas - Mutuo	364.801	-5.005
6.02.04	Dividendos	264.720	440.299
6.02.05	Investimento em Controladas - aquisição participação	-651.857	0
6.02.06	Cessão e assunção de dívida e debentures privadas	740.365	0
6.02.07	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-60.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	464.368	-403.976
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-59.974	-446.714
6.03.02	Juros pagos	-91.843	-73.066
6.03.03	Captção de empréstimos, financiamentos e debêntures	895.755	347.995
6.03.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	120.000	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-399.570	-232.191
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	651.237	-66.398
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	913.958	1.127.850
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.565.195	1.061.452



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	120.000	0	-171.864	0	0	-51.864
5.04.01	Aumentos de Capital	120.000	0	0	0	0	120.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-171.864	0	0	-171.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.199	0	-37.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.199	0	-37.199
5.07	Saldos Finais	816.715	14.333	139.343	-37.199	0	933.192

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	8.858	-176.772	-261.353	0	-429.267
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81	0	0	0	81
5.04.06	Dividendos	0	0	-176.772	-256.560	0	-433.332
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.793	0	-4.793
5.04.08	Alienação/Aquisição participação de acionistas não controladores - Ecosul	0	8.777	0	0	0	8.777
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	439.358	0	439.358
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	439.358	0	439.358
5.07	Saldos Finais	696.715	14.333	139.343	178.005	0	1.028.396

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	146.288	140.080
7.01.02	Outras Receitas	146.288	140.080
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-77.048	-22.610
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.580	-15.322
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.269	-7.290
7.02.04	Outros	-44.199	2
7.03	Valor Adicionado Bruto	69.240	117.470
7.04	Retenções	-15.594	-14.052
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.479	-9.856
7.04.02	Outras	-6.115	-4.196
7.04.02.01	Amortização ágio de investimentos	-6.115	-4.196
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	53.646	103.418
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	210.166	627.892
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	101.066	501.699
7.06.02	Receitas Financeiras	109.100	126.193
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	263.812	731.310
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	263.812	731.310
7.08.01	Pessoal	84.519	68.554
7.08.01.01	Remuneração Direta	70.180	56.777
7.08.01.02	Benefícios	9.312	8.133
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.027	3.644
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-12.958	9.005
7.08.02.01	Federais	-15.821	6.346
7.08.02.03	Municipais	2.863	2.659
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	229.450	214.393
7.08.03.01	Juros	176.845	162.755
7.08.03.02	Aluguéis	3.174	5.017
7.08.03.03	Outras	49.431	46.621
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-37.199	439.358
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	4.793
7.08.04.02	Dividendos	0	256.560
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-37.199	178.005

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	10.404.440	8.636.842
1.01	Ativo Circulante	2.362.703	2.049.249
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.984.946	1.605.561
1.01.03	Contas a Receber	153.907	117.611
1.01.03.01	Clientes	153.907	117.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	85.384	61.806
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	85.384	61.806
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.178	4.310
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	129.288	259.961
1.01.08.03	Outros	129.288	259.961
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados	89.243	61.521
1.01.08.03.02	Outros Créditos	39.850	24.229
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	195	174.211
1.02	Ativo Não Circulante	8.041.737	6.587.593
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	463.874	1.136.633
1.02.01.04	Contas a Receber	1.419	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.419	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	152.761	126.930
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.761	126.930
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	456	553
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	897.930
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	897.930
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	309.238	111.220
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	287.763	96.216
1.02.01.10.04	Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados	21.475	15.004
1.02.03	Imobilizado	118.870	98.137
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	118.870	98.137
1.02.04	Intangível	7.458.993	5.352.823
1.02.04.01	Intangíveis	7.458.993	5.352.823

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	10.404.440	8.636.842
2.01	Passivo Circulante	2.251.103	1.777.204
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	67.200	49.327
2.01.01.01	Obrigações Sociais	67.200	49.327
2.01.02	Fornecedores	56.970	80.620
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56.970	80.620
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.418	33.707
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.418	33.707
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	32.418	33.707
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.456.708	1.352.661
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	161.182	59.328
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	161.182	59.328
2.01.04.02	Debêntures	1.291.413	1.287.451
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.113	5.882
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	4.113	5.882
2.01.05	Outras Obrigações	405.912	64.884
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.148	49.510
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	393	29.628
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.755	19.882
2.01.05.02	Outros	381.764	15.374
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	111.890	0
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	15.690	9.518
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	6.973	5.856
2.01.05.02.06	Acordo de Leniência	237.705	0
2.01.05.02.07	Contas a Pagar s/ Aquisição de Empresas	9.506	0
2.01.06	Provisões	231.895	196.005
2.01.06.02	Outras Provisões	231.895	196.005
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	113.517	79.074
2.01.06.02.05	Provisão para Construção de Obras Futuras	83.126	71.841
2.01.06.02.06	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	35.252	45.090
2.02	Passivo Não Circulante	7.220.145	5.837.383
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.563.575	4.622.003
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.282.389	498.321
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.282.389	498.321
2.02.01.02	Debêntures	4.278.680	4.121.358
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.506	2.324
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	2.506	2.324
2.02.02	Outras Obrigações	1.125.452	847.496
2.02.02.02	Outros	1.125.452	847.496
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	56.626	82.666
2.02.02.02.04	Acordo de Leniência	181.432	0
2.02.02.02.05	Obrigações com Poder Concedente	854.798	764.830
2.02.02.02.06	Contas a Pagar s/ Aquisição de Empresas	32.596	0
2.02.03	Tributos Diferidos	49.199	22.666
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.199	22.666
2.02.04	Provisões	481.919	345.218

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.04.02	Outras Provisões	481.919	345.218
2.02.04.02.05	Provisões para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	98.390	78.791
2.02.04.02.06	Provisão para Manutenção	368.694	241.401
2.02.04.02.07	Provisões para Construção de Obras Futuras	14.835	25.026
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	933.192	1.022.255
2.03.01	Capital Social Realizado	816.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	14.333	14.333
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.556	5.556
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não Controladores	8.777	8.777
2.03.04	Reservas de Lucros	139.343	311.207
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reserva de Dividendos	0	171.864
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-37.199	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	928.696	2.697.984	728.831	2.177.673
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-546.501	-1.615.726	-394.523	-1.130.607
3.03	Resultado Bruto	382.195	1.082.258	334.308	1.047.066
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-465.935	-538.300	-28.105	-90.181
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-465.935	-538.300	-28.105	-90.181
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-43.593	-118.516	-28.880	-91.272
3.04.02.03	Outras Despesas/Receitas liquidas	-86	2.472	775	1.091
3.04.02.04	Acordo de Leniência	-422.256	-422.256	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-83.740	543.958	306.203	956.885
3.06	Resultado Financeiro	-129.687	-371.381	-103.392	-268.756
3.06.01	Receitas Financeiras	56.423	172.960	60.077	161.101
3.06.02	Despesas Financeiras	-186.110	-544.341	-163.469	-429.857
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-213.427	172.577	202.811	688.129
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-70.172	-209.776	-71.215	-241.148
3.08.01	Corrente	-90.520	-246.309	-74.051	-236.951
3.08.02	Diferido	20.348	36.533	2.836	-4.197
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-283.599	-37.199	131.596	446.981
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-283.599	-37.199	131.596	446.981
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-283.599	-37.199	129.259	439.358
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	2.337	7.623
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,39008	-0,03642	0,18553	0,63061

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-283.599	-37.199	131.596	446.981
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-283.599	-37.199	131.596	446.981
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-283.599	-37.199	129.259	439.358
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	2.337	7.623



**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	854.240	1.051.767
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.606.656	1.444.956
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido	-37.199	446.981
6.01.01.02	Depreciação e amortização	376.937	325.219
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	412.996	371.078
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	62.614	-50
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.495	-3.486
6.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado e intangível	2.020	879
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	139.802	71.213
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para manutenção e construção de obras futuras	34.114	23.497
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	0	81
6.01.01.10	Tributos diferidos	-36.533	4.197
6.01.01.11	Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - PECLD	954	1.370
6.01.01.12	Capitalização de Juros	-50.355	-20.389
6.01.01.13	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	19.025	8.669
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	5.531	3.646
6.01.01.15	Atualização monetária e levantamento dos depósitos judiciais	3.665	-163
6.01.01.16	Atualização monetária aquisição de participação	3.572	319
6.01.01.17	Juros ativos de mútuos, debentures privadas e cessão e assunção de dívida	-32.043	-56.824
6.01.01.18	Obrigações com o Poder Concedente	36.485	31.768
6.01.01.19	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	246.310	236.951
6.01.01.20	Acordo de Leniência	422.256	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-752.416	-393.189
6.01.02.01	Clientes	-25.925	7.550
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-22.697	-11.391
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-3.182	-3.707
6.01.02.04	Outros créditos	-15.471	-3.345
6.01.02.05	Fornecedores	-68.704	-9.101
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	13.482	-3.740
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-5.562	-3.351
6.01.02.08	Outras contas a pagar	4.669	4.401
6.01.02.09	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-256.148	-222.907
6.01.02.10	Partes relacionadas	-25.794	-6.070
6.01.02.11	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-6.779	-6.684
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-104.774	-90.537
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-194.392	-11.863
6.01.02.14	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-38.020	-32.444
6.01.02.15	Acordo de Leniência	-3.119	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-283.050	-529.724
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-736.624	-469.727

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.02.02	Investimento em controladas - Aquisição participação (livre de caixa)	-650.399	0
6.02.04	Stock Option acionistas não controladores	0	3
6.02.05	Cessão e assunção de dívida e debentures privadas	740.365	0
6.02.06	Partes relacionadas - mútuos	363.608	0
6.02.07	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-60.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-191.805	-294.793
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	13.167	-3.497
6.03.02	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-20.506	-6.281
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.206.118	668.272
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-1.149.447	-192.449
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-59.974	-446.740
6.03.07	Juros pagos	-301.163	-314.098
6.03.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	120.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	379.385	227.250
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.605.561	1.582.156
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.984.946	1.809.406

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255	0	1.022.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255	0	1.022.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	120.000	0	-171.864	0	0	-51.864	0	-51.864
5.04.01	Aumentos de Capital	120.000	0	0	0	0	120.000	0	120.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-171.864	0	0	-171.864	0	-171.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.199	0	-37.199	0	-37.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.199	0	-37.199	0	-37.199
5.07	Saldos Finais	816.715	14.333	139.343	-37.199	0	933.192	0	933.192

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	8.858	-176.772	-261.353	0	-429.267	-105.571	-534.838
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81	0	0	0	81	3	84
5.04.06	Dividendos	0	0	-176.772	-256.560	0	-433.332	-2.156	-435.488
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.793	0	-4.793	0	-4.793
5.04.08	Alienação/Aquisição participação de acionistas não controladores - Ecosul	0	8.777	0	0	0	8.777	-4.024	4.753
5.04.09	Alienação/Aquisição participação de acionistas não controladores - Eco101	0	0	0	0	0	0	-99.394	-99.394
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	439.358	0	439.358	7.623	446.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	439.358	0	439.358	7.623	446.981
5.07	Saldos Finais	696.715	14.333	139.343	178.005	0	1.028.396	0	1.028.396

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	2.902.381	2.361.835
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.133.472	1.886.034
7.01.02	Outras Receitas	66.752	74.990
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	702.157	400.811
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.539.328	-703.557
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.071.332	-672.068
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-47.752	-31.489
7.02.04	Outros	-420.244	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.363.053	1.658.278
7.04	Retenções	-376.937	-325.219
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-376.937	-325.219
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	986.116	1.333.059
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	172.960	162.067
7.06.02	Receitas Financeiras	172.960	161.101
7.06.03	Outros	0	966
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.159.076	1.495.126
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.159.076	1.495.126
7.08.01	Pessoal	225.217	183.091
7.08.01.01	Remuneração Direta	175.644	140.959
7.08.01.02	Benefícios	37.532	33.166
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.041	8.966
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	413.714	425.185
7.08.02.01	Federais	303.090	325.426
7.08.02.03	Municipais	110.624	99.759
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	557.344	439.869
7.08.03.01	Juros	327.980	283.424
7.08.03.02	Aluguéis	13.003	10.011
7.08.03.03	Outras	216.361	146.434
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-37.199	446.981
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	4.793
7.08.04.02	Dividendos	0	256.560
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-37.199	178.005
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	7.623

## Comentário do Desempenho

# Ecorodovias Concessões anuncia os resultados do 3T19

**São Bernardo do Campo, 29 de outubro de 2019** – A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019 (3T19) e aos primeiros nove meses de 2019 (9M19). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018 (3T18) e aos primeiros nove meses de 2018 (9M18).

\* Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

## Destaques operacionais e financeiros

- ✓ O volume de tráfego atingiu 93.313 mil veículos equivalentes pagantes no 3T19 (+27,3%).
- ✓ A receita líquida atingiu R\$928,7 milhões no 3T19. A receita líquida pró-forma (excluindo a receita de construção) totalizou R\$729,4 milhões no 3T19 (+23,2%).
- ✓ O EBITDA<sup>2</sup> pró-forma totalizou R\$536,0 milhões no 3T19 com margem de 74,6%.

Destaques (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	93.313	73.327	27,3%	249.722	216.969	15,1%
Tarifa Média	8,39	8,58	-2,2%	8,54	8,69	-1,7%
Receita líquida	928,7	728,8	27,4%	2.698,0	2.177,7	23,9%
EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	536,0	448,8	19,4%	1.483,0	1.353,3	9,6%
Margem EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	74,6%	76,7%	-2,1 p.p.	75,2%	76,5%	-1,3 p.p.
Capex	328,4	205,5	59,8%	891,8	362,1	146,3%

<sup>1</sup> Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

<sup>2</sup> Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção nos períodos de 2018 e 2019 e provisões dos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores no 3T19 e 9M19

## Companhia

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Copistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, Eco101, Ecofonte e Eco135 e Eco050 (MGO).

Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

## Comentário do Desempenho

### Análise do resultado

#### Volume de tráfego

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
<b>Pesados</b>						
Ecovias dos Imigrantes	6.659	6.404	4,0%	18.926	20.018	-5,5%
Ecopistas	6.554	6.456	1,5%	19.331	18.778	2,9%
Ecovia Caminho do Mar	3.159	3.121	1,2%	8.697	9.713	-10,5%
Ecocataratas	4.281	4.275	0,1%	12.270	12.469	-1,6%
Ecosul	5.385	5.502	-2,1%	14.641	15.042	-2,7%
Eco101	7.707	8.343	-7,6%	23.222	23.170	0,2%
Ecoponte	1.096	1.073	2,2%	3.178	3.128	1,6%
Eco135 <sup>2</sup>	6.738	-	n.m	13.117	-	n.m
Eco050 (MGO) <sup>3</sup>	8.537	-	n.m	10.969	-	n.m
<b>Total</b>	<b>50.117</b>	<b>35.173</b>	<b>42,5%</b>	<b>124.350</b>	<b>102.318</b>	<b>21,5%</b>
<b>Total Comparável<sup>1</sup></b>	<b>34.841</b>	<b>35.173</b>	<b>-0,9%</b>	<b>95.018</b>	<b>97.346</b>	<b>-2,4%</b>
<b>Leves</b>						
Ecovias dos Imigrantes	8.115	8.256	-1,7%	25.865	25.650	0,8%
Ecopistas	14.959	14.760	1,4%	45.296	42.971	5,4%
Ecovia Caminho do Mar	926	1.014	-8,7%	3.293	3.339	-1,4%
Ecocataratas	2.488	2.426	2,6%	7.701	7.560	1,9%
Ecosul	1.572	1.522	3,3%	5.080	4.933	3,0%
Eco101	3.742	3.769	-0,7%	11.800	11.479	2,8%
Ecoponte	6.332	6.407	-1,2%	18.700	18.718	-0,1%
Eco135 <sup>2</sup>	1.712	-	n.m	3.256	-	n.m
Eco050 (MGO) <sup>3</sup>	3.351	-	n.m	4.380	-	n.m
<b>Total</b>	<b>43.196</b>	<b>38.154</b>	<b>13,2%</b>	<b>125.372</b>	<b>114.651</b>	<b>9,4%</b>
<b>Total Comparável<sup>1</sup></b>	<b>38.134</b>	<b>38.154</b>	<b>-0,1%</b>	<b>112.381</b>	<b>110.649</b>	<b>1,6%</b>
<b>Pesados+Leves</b>						
Ecovias dos Imigrantes	14.774	14.661	0,8%	44.791	45.669	-1,9%
Ecopistas	21.513	21.216	1,4%	64.627	61.749	4,7%
Ecovia Caminho do Mar	4.085	4.135	-1,2%	11.990	13.053	-8,1%
Ecocataratas	6.769	6.700	1,0%	19.971	20.029	-0,3%
Ecosul	6.957	7.024	-0,9%	19.721	19.975	-1,3%
Eco101	11.449	12.112	-5,5%	35.022	34.649	1,1%
Ecoponte	7.428	7.479	-0,7%	21.878	21.846	0,1%
Eco135 <sup>2</sup>	8.450	-	n.m	16.373	-	n.m
Eco050 (MGO) <sup>3</sup>	11.889	-	n.m	15.349	-	n.m
<b>VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO</b>	<b>93.313</b>	<b>73.327</b>	<b>27,3%</b>	<b>249.722</b>	<b>216.969</b>	<b>15,1%</b>
<b>VOLUME COMPARÁVEL<sup>1</sup></b>	<b>72.975</b>	<b>73.327</b>	<b>-0,5%</b>	<b>207.398</b>	<b>207.995</b>	<b>-0,3%</b>

<sup>1</sup> Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos em 2018 e os períodos de 21 de maio a 03 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros e cobrança de pedágio na Eco135 e Eco050 (MGO)

<sup>2</sup> Considera cobrança de pedágio a partir de 01/04/2019

<sup>3</sup> Considera cobrança de pedágio a partir de 01/06/2019

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

## Comentário do Desempenho

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou aumento de 27,3% no 3T19 e de 15,1% nos 9M19. No 3T19, o tráfego foi impactado pelo início da cobrança de pedágio pela Eco135, a partir de 01 de abril de 2019 e pela consolidação da Eco050 (MGO), a partir de 31 de maio de 2019. Desconsiderando esses efeitos, o tráfego consolidado apresentou redução de 0,5% em relação ao 3T18.

Nos 9M19, o tráfego foi impactado pelo: (i) início da cobrança de pedágio pela Eco135 e a consolidação da Eco050 (MGO); (ii) pela isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas, a partir de 29 de maio de 2018 e na Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas, a partir de 31 de maio de 2018 e (iii) pela greve dos caminhoneiros ocorrida entre 21 de maio e 03 de junho de 2018. Desconsiderando esses efeitos, o tráfego consolidado apresentou redução de 0,3% em relação aos 9M18. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos será objeto de reequilíbrio contratual.

O tráfego consolidado mensal do 3T19 apresentou as seguintes variações: crescimento de 27,9% em julho, de 28,0% em agosto e de 25,8% em setembro. Desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Eco135 e a consolidação da Eco050 (MGO), o tráfego consolidado apresentou crescimento de 0,6% em julho e reduções de 0,2% e de 1,9% em agosto e setembro, respectivamente.

Os principais motivos para a variação do 3T19 estão detalhados abaixo:

- ✓ **Veículos Pesados** – aumento de 42,5% no 3T19. Desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Eco135 e a consolidação da Eco050 (MGO), o tráfego de veículos pesados apresentou redução de 0,9%. A Eco101 apresentou redução do fluxo de veículos devido ao ciclo da indústria de celulose da região e às condições econômicas desfavoráveis do estado do Espírito Santo. A Ecosul sofreu uma diminuição devido à redução do escoamento de soja pela concessão. A Ecovias dos Imigrantes e a Ecovia Caminho do Mar apresentaram crescimento devido ao aumento da safra do milho. O crescimento da Ecopistas deve-se à indução de tráfego após isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos e o aumento da Ecoponte, deve-se às melhores condições de segurança na região e ao feriado de 07 de setembro, que em 2018 foi prolongado reduzindo o tráfego de veículos pesados naquele ano. A Ecocataratas apresentou estabilidade no tráfego.
- ✓ **Veículos Leves** – crescimento de 13,2% no 3T19. Desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Eco135 e a consolidação da Eco050 (MGO), o tráfego de veículos leves apresentou redução de 0,1%. A Ecovia Caminho do Mar e a Ecovias dos Imigrantes apresentaram redução do fluxo de veículos devido ao clima desfavorável para o turismo nas regiões e ao feriado de 07 de setembro, que em 2018 foi prolongado aumentando o tráfego de veículos leves naquele ano. A Eco101 apresentou redução em função das condições econômicas desfavoráveis do estado do Espírito Santo. A redução da Ecoponte deve-se ao feriado de 07 de setembro e às obras do BRT do Rio de Janeiro próximas aos acessos da ponte. A Ecosul e a Ecopistas apresentaram crescimento em função das condições climáticas favoráveis ao turismo na região. O aumento registrado na Ecocataratas deve-se à desvalorização do Real frente ao Dólar em julho/2019.

## Tarifa média

TARIFA MÉDIA (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Ecovias dos Imigrantes	16,77	16,12	4,0%	16,23	16,01	1,3%
Ecopistas	3,76	3,60	4,6%	3,65	3,48	5,0%
Ecovia Caminho do Mar	18,39	17,08	7,7%	18,53	17,11	8,3%
Ecocataratas	12,81	11,89	7,8%	12,84	11,92	7,7%
Ecosul	12,85	11,81	8,7%	12,79	11,78	8,5%
Eco101	4,22	4,23	-0,3%	4,21	4,36	-3,4%
Ecoponte	4,31	4,30	0,2%	4,30	4,19	2,8%
Eco135 <sup>1</sup>	7,21	-	n.m.	7,21	-	n.m.
Eco050 (MGO) <sup>2</sup>	5,20	-	n.m.	5,22	-	n.m.
<b>TARIFA MÉDIA CONSOLIDADA</b>	<b>8,39</b>	<b>8,58</b>	<b>-2,2%</b>	<b>8,54</b>	<b>8,69</b>	<b>-1,7%</b>

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

<sup>1</sup> Considera cobrança de pedágio a partir de 01/04/2019

<sup>2</sup> Considera cobrança de pedágio a partir de 01/06/2019



## Comentário do Desempenho

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou redução de 2,2% no 3T19 e de 1,7% nos 9M19 devido, principalmente, ao início da cobrança de pedágio pela Eco135 e a consolidação da Eco050 (MGO), cujas tarifas são menores em relação à média consolidada das demais concessões. A inflação, comparativamente, atingiu 2,9% no período.

Em dezembro de 2018, foram aprovados os reajustes contratuais das tarifas básicas de 7,8% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas.

Em janeiro de 2019, foi aprovado o reajuste das tarifas de pedágio na Ecosul composto pelo reajuste anual previsto em contrato de 7,7%, degrau tarifário positivo de 1,6% relativo ao aditivo contratual assinado em 2015, e decréscimo tarifário de 1,0% em decorrência dos impactos de revisões ordinária e extraordinária, totalizando um reajuste de 8,4%.

Em julho de 2019, foram aplicados os reajustes de 4,7%, pelo IPCA, na Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas. No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada e compensada através de extensão de prazo da concessão. O reajuste de julho de 2019 na Ecovias dos Imigrantes seria de 7,6% caso fosse aplicado o IGP-M. Atualmente, a diferença tarifária acumulada, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA, é de 6,9% e será compensada com extensão do prazo da concessão.

Em agosto de 2019, a tarifa no valor de R\$4,30 da Ecoponte, em vigor desde junho de 2018, foi mantida até a próxima revisão tarifária em função da aplicação do Fator D.

Em agosto de 2019, foi aprovado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco050 (MGO) com redução de 6,0%, principalmente, pelo desconto dos Fatores D e C.

Em outubro de 2019, foi aprovado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco101 com redução de 11,7% devido ao desconto de reequilíbrio, principalmente, referente ao Fator D.

## Receita bruta

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
<b>Receita de Pedágio</b>	<b>782,9</b>	<b>629,3</b>	<b>24,4%</b>	<b>2.133,5</b>	<b>1.886,0</b>	<b>13,1%</b>
Ecovias dos Imigrantes	247,7	236,3	4,8%	726,9	731,3	-0,6%
Ecopistas	81,0	76,3	6,1%	236,0	214,8	9,9%
Ecovia Caminho do Mar	75,1	70,6	6,4%	222,2	223,4	-0,5%
Ecocataratas	86,7	79,6	8,9%	256,4	238,8	7,4%
Ecosul	89,4	83,0	7,7%	252,1	235,3	7,2%
Eco101	48,3	51,3	-5,7%	147,5	151,1	-2,4%
Ecoponte	32,0	32,2	-0,4%	94,2	91,5	2,8%
Eco135	60,9	-	n.m.	118,0	-	n.m.
Eco050 (MGO)	61,8	-	n.m.	80,2	-	n.m.
Receita Acessória e Serviços	20,6	23,9	-13,6%	66,8	75,0	-11,0%
Receita de Construção	199,3	136,9	45,6%	702,2	400,8	75,2%
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1.002,9</b>	<b>790,1</b>	<b>26,9%</b>	<b>2.902,4</b>	<b>2.361,8</b>	<b>22,9%</b>
<b>RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA<sup>1</sup></b>	<b>803,6</b>	<b>653,2</b>	<b>23,0%</b>	<b>2.200,2</b>	<b>1.961,0</b>	<b>12,2%</b>

<sup>1</sup> Exclui Receita de Construção

- ✓ **Receita de Pedágio:** crescimento 24,4% no 3T19. O aumento no trimestre deve-se, principalmente, ao crescimento do tráfego advindo do início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO). Desconsiderando o início de operação dessas concessionárias, o aumento foi de 4,9% no 3T19 e de 2,6% nos 9M19 em função dos reajustes tarifários nas concessionárias existentes.

A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos reduziu a receita de pedágio em R\$173,8 milhões entre maio de 2018 e setembro de 2019, sendo R\$34,0 milhões no 3T19 e R\$96,9 milhões nos 9M19.

- ✓ **Receita Acessória e Serviços:** redução de 13,6% no 3T19, devido à diminuição de receitas acessórias na Ecovias dos Imigrantes e Eco101.

## Comentário do Desempenho

- ✓ **Receita de Construção:** aumento de 45,6% no 3T19 e 75,2% nos 9M19, devido as obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte, duplicações da Eco101 e obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes.

### Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais no 3T19 tiveram aumento de 39,4% e totalizaram R\$590,1 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$193,3 milhões, com aumento de 34,3% em relação ao 3T18. Os custos caixa comparáveis, excluindo os gastos referentes a honorários advocatícios, serviços de consultoria especializada dedicada a apoiar as investigações e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores e ao início de operação da Eco135 e Eco050 (MGO), totalizaram um custo caixa comparável de R\$146,8 milhões no 3T19, um aumento de 9,2% quando comparado com os R\$134,4 milhões no 3T18.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Pessoal	87,5	63,3	38,1%	225,2	183,1	23,0%
Conservação e manutenção	28,3	20,3	39,3%	73,4	59,5	23,4%
Serviços de terceiros	35,9	29,6	21,2%	105,0	88,8	18,2%
Seguros, poder concedente e locações	21,5	16,5	30,2%	59,2	50,8	16,3%
Outros	20,2	14,1	42,5%	52,5	42,4	23,9%
<b>Custos caixa</b>	<b>193,3</b>	<b>143,9</b>	<b>34,3%</b>	<b>515,3</b>	<b>424,6</b>	<b>21,4%</b>
<b>Custos caixa comparáveis<sup>1</sup></b>	<b>146,8</b>	<b>134,4</b>	<b>9,2%</b>	<b>427,2</b>	<b>414,7</b>	<b>3,0%</b>
Depreciação e amortização	139,2	110,2	26,3%	376,9	325,2	15,9%
Provisão para manutenção ICPC 01	58,3	32,3	80,2%	139,8	71,2	96,3%
Custo de construção de obras ICPC 01	199,3	136,9	45,6%	702,2	400,8	75,2%
<b>TOTAL</b>	<b>590,1</b>	<b>423,4</b>	<b>39,4%</b>	<b>1.734,2</b>	<b>1.221,9</b>	<b>41,9%</b>

<sup>1</sup> Exclui gastos não comparáveis com investigações, Eco135, Eco050 (MGO) e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores

- ✓ **Pessoal:** aumento de R\$24,2 milhões devido, principalmente, aos custos referentes ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) (+R\$15,7 milhões), excluindo esse efeito, o custo com pessoal apresentou aumento de R\$8,4 milhões em função do reajuste salarial de 3,9% em março de 2019 e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores;
- ✓ **Conservação e Manutenção:** aumento de R\$8,0 milhões, devido ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) (+R\$4,1 milhões), excluindo esse efeito, a rubrica apresentou aumento de R\$3,9 milhões em função, principalmente, de maiores gastos com conservação na Ecosul, Ecocataratas, Ecopistas e Eco101;
- ✓ **Serviços de Terceiros:** aumento de R\$6,3 milhões, devido ao início da operação da Eco135 e Eco050 (+R\$7,5 milhões), excluindo a Eco135 e Eco050(MGO), houve redução de R\$1,3 milhão devido a economias com serviços de terceiros;
- ✓ **Seguros, Poder Concedente e Locações:** aumento de R\$5,0 milhões, pelo início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) (+R\$3,5 milhões), excluindo a Eco135 e a Eco050 (MGO), essa rubrica apresentou crescimento de R\$1,5 milhão pelo do incremento das outorgas variáveis na Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas e Ecosul em função do crescimento da receita de pedágio;
- ✓ **Outros:** aumento de R\$6,1 milhões, pelo início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO) (+R\$3,1 milhões), excluindo a Eco135 e a Eco050 (MGO), essa rubrica apresentou crescimento de R\$3,0 milhões em função de provisões judiciais;
- ✓ **Custo de Construção:** aumento de 45,6% no 3T19 e 75,2% nos 9M19, devido as obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte, duplicações da Eco101 e obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes.

## Comentário do Desempenho

- ✓ **Provisão para Manutenção:** aumento de R\$26,0 milhões, pelo início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO) (+R\$10,9 milhões), e pelo aumento do custo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) na apuração dos ciclos futuros de manutenção e readequação dos cronogramas de provisão para manutenção futura na Ecovias dos Imigrantes e Ecocataratas no 3T18; e
- ✓ **Depreciação e Amortização:** aumento de R\$29,0 milhões, pelo início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO) (+R\$18,3 milhões) e pela maior base de ativos nas concessionárias.

## EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo a provisão para manutenção, gastos referentes a honorários advocatícios, serviços de consultoria especializada dedicada a apoiar as investigações, gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores e Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores, totalizou R\$544,1 milhões no 3T19 (+19,9%), com margem de 74,6% (-2,1p.p.). O EBITDA no 3T19 foi de R\$55,4 milhões.

EBITDA (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Lucro líquido	(283,6)	131,6	n.m.	(37,2)	447,0	-108,3%
Depreciação e amortização	139,2	110,2	26,3%	376,9	325,2	15,9%
Resultado Financeiro	129,7	103,4	25,4%	371,4	268,8	38,2%
Imposto de renda e contribuição social	70,2	71,2	-1,5%	209,8	241,1	-13,0%
Receita de Construção	199,3	136,9	45,6%	702,2	400,8	75,2%
Custo de Construção	(199,3)	(136,9)	45,6%	(702,2)	(400,8)	75,2%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>55,4</b>	<b>416,4</b>	<b>-86,7%</b>	<b>920,9</b>	<b>1.282,1</b>	<b>-28,2%</b>
Provisão para manutenção	58,3	32,3	80,2%	139,8	71,2	96,3%
(+) Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores	422,3	-	n.m.	422,3	-	n.m.
<b>EBITDA Pró-Forma <sup>2</sup></b>	<b>536,0</b>	<b>448,8</b>	<b>19,4%</b>	<b>1.483,0</b>	<b>1.353,3</b>	<b>9,6%</b>
<b>Margem EBITDA Pró-Forma <sup>2</sup></b>	<b>73,5%</b>	<b>75,8%</b>	<b>-2,3 p.p.</b>	<b>74,3%</b>	<b>76,2%</b>	<b>-1,9 p.p.</b>
(+) Gastos não comparáveis	8,1	5,1	59,1%	17,6	5,1	n.m.
<b>EBITDA Pró-Forma<sup>3</sup></b>	<b>544,1</b>	<b>453,8</b>	<b>19,9%</b>	<b>1.500,6</b>	<b>1.358,4</b>	<b>10,5%</b>
<b>Margem EBITDA Pró-Forma<sup>3</sup></b>	<b>74,6%</b>	<b>76,7%</b>	<b>-2,1 p.p.</b>	<b>75,2%</b>	<b>76,5%</b>	<b>-1,3 p.p.</b>

<sup>1</sup> EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012

<sup>2</sup> EBITDA calculado excluindo a Provisão de Manutenção e as provisões de R\$422,3 milhões referentes aos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores no 3T19 e 9M19

<sup>3</sup> Exclui gastos não comparáveis com investigações e gastos rescisórios com ex-executivos colaboradores

## Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 3T19 foi negativo em R\$129,7 milhões, aumento de 25,4% devido, principalmente, a contabilização da variação monetária da outorga da Eco135 (não caixa).

## Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Juros sobre Debêntures	(90,6)	(85,6)	5,8%	(257,0)	(241,7)	6,3%
Varição Monetária sobre Debêntures	(8,3)	(33,2)	-75,0%	(72,2)	(77,1)	-6,4%
Juros sobre Financiamentos	(32,0)	(11,9)	169,1%	(66,4)	(35,0)	89,6%
Juros sobre arrendamento IFRS 16	(1,4)	(2,2)	-37,7%	(4,8)	(6,7)	-29,5%
Varição monetária sobre direito de outorga	(28,1)	-	n.m.	(62,6)	0,1	n.m.
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(0,1)	(1,0)	-93,2%	(2,4)	(3,1)	-21,4%
Receitas de Aplicações Financeiras	32,9	25,0	31,4%	79,9	67,3	18,6%
Ajuste a Valor Presente	(13,0)	(7,8)	66,4%	(34,1)	(23,5)	45,2%
Juros Capitalizados	19,9	6,7	196,0%	50,4	20,4	147,0%
Outros Efeitos Financeiros	(9,0)	6,7	n.m.	(2,2)	30,6	-107,1%
<b>TOTAL</b>	<b>(129,7)</b>	<b>(103,4)</b>	<b>25,4%</b>	<b>(371,4)</b>	<b>(268,8)</b>	<b>38,2%</b>

## Endividamento

A Ecorodovias Concessões e Serviços e suas Controladas encerraram setembro de 2019 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$2.095,7 milhões. Endividamento bruto (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente) atingiu R\$7.890,8 milhões, sendo 74% dos vencimentos no longo prazo. As obrigações com o poder concedente eram de R\$870,5 milhões, que inclui o saldo da outorga da Eco135 de R\$863,0 milhões. A Dívida Líquida encerrou o trimestre em R\$4.924,6 milhões, com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA pró-forma, excluindo a Provisão de Manutenção e as provisões de R\$422,3 milhões referentes aos Acordos de Leniência e com os Ex-Executivos Colaboradores, de 2,6x. Para mais informações sobre o endividamento, vide notas explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2019	31/12/2018	Var.
<b>Curto Prazo</b>	<b>1.456,7</b>	<b>1.352,7</b>	<b>7,7%</b>
Debêntures	1.291,4	1.287,5	0,3%
Empréstimos e financiamentos	161,2	59,3	171,7%
Arrendamento Mercantil IFRS 16	4,1	5,9	-30,1%
<b>Longo Prazo</b>	<b>5.563,6</b>	<b>4.622,0</b>	<b>20,4%</b>
Debêntures	4.278,7	4.121,4	3,8%
Empréstimos e financiamentos	1.282,4	498,3	157,3%
Arrendamento Mercantil IFRS 16	2,5	2,3	7,8%
<b>Dívida Bruta<sup>1</sup></b>	<b>7.020,3</b>	<b>5.974,7</b>	<b>17,5%</b>
Obrigações com Poder Concedente	870,5	774,3	12,4%
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>7.890,8</b>	<b>6.749,0</b>	<b>16,9%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.095,7	1.682,1	24,6%
<b>Endividamento Financeiro Líquido<sup>1</sup></b>	<b>5.795,1</b>	<b>5.066,9</b>	<b>14,4%</b>
<b>Dívida Líquida<sup>1</sup></b>	<b>4.924,6</b>	<b>4.292,6</b>	<b>14,7%</b>

<sup>1</sup> Exclui obrigações com Poder Concedente

## Capex

O Capex consolidado totalizou R\$328,4 milhões no 3T19. Os principais investimentos do trimestre nas concessões rodoviárias foram as duplicações da Eco101, obras de acesso à Linha Vermelha na Ecofonte e obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes.

## Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhões de R\$)	3T19			9M19		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias dos Imigrantes	56,0	7,9	63,9	139,8	16,6	156,3
Ecopistas	9,1	5,3	14,4	35,4	11,2	46,6
Ecovia Caminho do Mar	1,0	13,2	14,3	2,8	29,8	32,6
Ecocataratas	6,9	17,7	24,6	12,5	42,2	54,7
Ecosul (100%)	15,8	1,8	17,6	47,2	5,0	52,2
ECO101 (100%)	82,6	-	82,6	208,5	-	208,5
Ecoponte	67,5	-	67,5	182,0	-	182,0
ECO135	5,1	-	5,1	101,0	-	101,0
ECO050	35,3	-	35,3	54,2	-	54,2
Ecorodovias C&S	3,2	-	3,2	3,6	-	3,6
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>282,7</b>	<b>45,8</b>	<b>328,4</b>	<b>787,0</b>	<b>104,8</b>	<b>891,8</b>

### Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$197,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("EcoRodovias Concessões" ou "Companhia") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas, agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5 – São Bernardo do Campo/SP.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 8.

A conclusão e emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de outubro de 2019.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018"), publicadas no dia 15 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) e [www.ecorodovias.com/ri](http://www.ecorodovias.com/ri).

### 3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, houve alterações após a aplicação do CPC06 (R2) operações de arrendamento mercantil, conforme descrito a seguir:

O CPC06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

## Notas Explicativas

O CPC06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e conseqüentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 mil (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos nas Nota Explicativas nºs 12 e 13.

A Companhia aplicou os requerimentos da CPC06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

## Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Originalmente Divulgado		Originalmente Divulgado		Originalmente Divulgado		Originalmente Divulgado	
	CPC06 (R2)	Reapresentado 01/01/2019	CPC06 (R2)	Reapresentado 01/01/2018	CPC06 (R2)	Reapresentado 01/01/2019	CPC06 (R2)	Reapresentado 01/01/2018
<b>BALANÇO PATRIMONIAL- ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	913.958	913.958	1.127.850	1.127.850	1.605.561	1.605.561	1.582.156	1.582.156
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	61.521	61.521	60.234	60.234
Clientes	522	522	812	812	117.611	117.611	132.857	132.857
Tributos a recuperar	60.917	60.917	25.337	25.337	61.806	61.806	26.234	26.234
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	32.406	32.406	23.303	23.303	-	-	-	-
Despesas antecipadas	112	112	26	26	4.310	4.310	3.924	3.924
Partes relacionadas	189.363	189.363	436.423	436.423	174.211	174.211	415.275	415.275
Outros créditos	4.309	4.309	5.917	5.917	24.229	24.229	15.964	15.964
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.201.587</b>	<b>1.201.587</b>	<b>1.619.668</b>	<b>1.619.668</b>	<b>2.049.249</b>	<b>2.049.249</b>	<b>2.236.644</b>	<b>2.236.644</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	15.004	15.004	8.834	8.834
Tributos diferidos	10.997	10.997	7.940	7.940	126.930	126.930	120.533	120.533
Depósitos judiciais	463	463	320	320	96.216	96.216	97.166	97.166
Partes relacionadas	1.311.744	1.311.744	1.112.321	1.112.321	897.930	897.930	724.423	724.423
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	82	82
Despesas antecipadas	-	-	-	-	553	553	682	682
Investimentos:								
Em controladas e coligadas	1.787.897	1.787.897	1.498.418	1.498.418	-	-	-	-
Imobilizado	20.882	20.882	24.073	24.073	98.137	98.137	100.578	100.578
Intangível	19.568	24.557	19.565	25.079	5.344.617	5.352.823	4.191.652	4.201.817
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.151.551</b>	<b>3.156.540</b>	<b>2.662.637</b>	<b>2.668.151</b>	<b>6.579.387</b>	<b>6.587.593</b>	<b>5.243.950</b>	<b>5.254.115</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.353.138</b>	<b>4.358.127</b>	<b>4.282.305</b>	<b>4.287.819</b>	<b>8.206</b>	<b>8.206</b>	<b>7.480.594</b>	<b>7.490.759</b>



## Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Originalmente Divulgado		Reapresentado		Originalmente Divulgado		Reapresentado	
	CPC06 (R2)	31/12/2018	CPC06 (R2)	01/01/19	CPC06 (R2)	31/12/2017	CPC06 (R2)	01/01/18
<b>BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	7.824	7.824	6.239	6.239	80.620	80.620	80.620	75.663
Empréstimos e financiamentos	650.996	650.996	763.320	763.320	59.328	59.328	59.328	56.261
Debêntures	-	-	-	-	1.287.451	1.287.451	1.287.451	942.137
Arrendamento Mercantil	3.063	3.063	3.063	3.063	5.882	5.882	5.882	6.516
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.245	4.245	535	535	33.707	33.707	33.707	31.880
Obrigações sociais e trabalhistas	23.850	23.850	26.753	26.753	49.327	49.327	49.327	52.462
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	8.641	8.641	-	-	-	8.641
Partes relacionadas	44.626	44.626	1.536	1.536	49.510	49.510	49.510	16.918
Obrigações com Poder Concedente	-	-	-	-	9.518	9.518	9.518	13.062
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	45.090	45.090	45.090	24.550
Provisão para manutenção	-	-	-	-	79.074	79.074	79.074	90.503
Provisão para construção de obras futuras	-	-	71.841	71.841	-	-	-	57.568
Outras contas a pagar	1.279	1.279	1.347	1.347	5.856	5.856	5.856	11.496
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>732.820</b>	<b>735.883</b>	<b>808.371</b>	<b>811.434</b>	<b>1.771.322</b>	<b>1.777.204</b>	<b>1.777.204</b>	<b>1.387.657</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	498.321	498.321	498.321	434.748
Debêntures	2.552.161	2.552.161	2.447.205	2.447.205	4.121.358	4.121.358	4.121.358	4.220.552
Arrendamento Mercantil	-	1.926	-	2.451	-	2.451	2.324	3.649
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	22.666	22.666	22.666	16.767
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	632	632	1.071	1.071	78.791	78.791	78.791	86.012
Provisão para manutenção	-	-	-	-	241.401	241.401	241.401	179.121
Provisão para construção de obras futuras	-	-	-	-	25.026	25.026	25.026	7.698
Obrigações com Poder Concedente	-	-	-	-	764.830	764.830	764.830	-
Outras contas a pagar	45.270	45.270	7.353	7.353	82.666	82.666	82.666	38.302
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.598.063</b>	<b>1.926</b>	<b>2.455.629</b>	<b>2.451</b>	<b>5.835.059</b>	<b>5.837.383</b>	<b>4.983.200</b>	<b>4.986.849</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital social	696.715	696.715	696.715	696.715	696.715	696.715	696.715	696.715
Reserva de lucros - legal	139.343	139.343	139.343	139.343	139.343	139.343	139.343	139.343
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	171.864	171.864	176.772	176.772	171.864	176.772	176.772	176.772
Reserva de lucros - orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores	5.556	5.556	5.475	5.475	5.556	5.475	5.556	5.475
Ações em tesouraria	8.777	8.777	-	8.777	8.777	8.777	8.777	-
Atribuído à participação dos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	1.022.255	1.022.255	1.018.305	1.018.305	1.022.255	1.022.255	1.022.255	1.018.305
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.022.255</b>	<b>1.022.255</b>	<b>1.018.305</b>	<b>1.018.305</b>	<b>1.022.255</b>	<b>1.116.253</b>	<b>1.022.255</b>	<b>97.948</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.353.138</b>	<b>4.989</b>	<b>4.282.305</b>	<b>4.287.819</b>	<b>8.628.636</b>	<b>7.480.594</b>	<b>10.165</b>	<b>7.490.759</b>

## Notas Explicativas

	Controladora					
	Três meses findos em		Nove meses findos em			
	Originalmente Divulgado	Reapresentado	Originalmente Divulgado	Reapresentado		
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	30/09/2018	CPC06 (R2)	30/09/2018	CPC06 (R2)	30/09/2018	
RECEITA LÍQUIDA	40.614	-	40.614	124.413	-	124.413
Custo dos serviços prestados	(26.163)	824	(25.339)	(72.007)	2.469	(69.538)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>14.451</b>	<b>824</b>	<b>15.275</b>	<b>52.406</b>	<b>2.469</b>	<b>54.875</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>						
Despesas gerais e administrativas	(12.403)	-	(12.403)	(36.502)	-	(36.502)
Resultado de equivalência patrimonial	158.134	(237)	157.897	502.407	(708)	501.699
Amortização do ágio sobre investimento	(1.400)	-	(1.400)	(4.196)	-	(4.196)
Outras receitas (despesas), líquidas	1	-	1	4	-	4
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>158.783</b>	<b>587</b>	<b>159.370</b>	<b>514.119</b>	<b>1.761</b>	<b>515.880</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>						
Receitas financeiras	42.572	-	42.572	126.193	-	126.193
Despesas financeiras	(78.262)	(1.138)	(79.400)	(205.962)	(3.415)	(209.377)
	(35.690)	(1.138)	(36.828)	(79.769)	(3.415)	(83.184)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>123.093</b>	<b>(551)</b>	<b>122.542</b>	<b>434.350</b>	<b>(1.654)</b>	<b>432.696</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>						
Correntes	-	-	-	-	-	-
Diferidos	6.611	106	6.717	6.341	321	6.662
	6.611	106	6.717	6.341	321	6.662
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>129.704</b>	<b>(445)</b>	<b>129.259</b>	<b>440.691</b>	<b>(1.333)</b>	<b>439.358</b>
<b>ATRIBUÍVEL A:</b>						
Participação dos acionistas controladores	129.704	(445)	129.259	440.691	(1.333)	439.358
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
	129.704	(445)	129.259	440.691	(1.333)	439.358
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>	<b>0,18617</b>	<b>-</b>	<b>0,18553</b>	<b>0,63253</b>	<b>-</b>	<b>0,63061</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado					
	Três meses findos em		Nove meses findos em			
	Originalmente Divulgado 30/09/2018	Reapresentado 30/09/2018	Originalmente Divulgado 30/09/2018	CPC06 (R2) 30/09/2018	CPC06 (R2) 30/09/2018	Reapresentado 30/09/2018
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>						
RECEITA LÍQUIDA	728.831	-	728.831	2.177.673	-	2.177.673
Custo dos serviços prestados	(396.097)	1.574	(394.523)	(1.135.329)	4.722	(1.130.607)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>332.734</b>	<b>1.574</b>	<b>334.308</b>	<b>1.042.344</b>	<b>4.722</b>	<b>1.047.066</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(28.880)	-	(28.880)	(91.272)	-	(91.272)
Despesas gerais e administrativas	775	-	775	1.091	-	1.091
Outras receitas (despesas), líquidas						
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>304.629</b>	<b>1.574</b>	<b>306.203</b>	<b>952.163</b>	<b>4.722</b>	<b>956.885</b>
RESULTADO FINANCEIRO	60.077	-	60.077	161.101	-	161.101
Receitas financeiras	(161.221)	(2.248)	(163.469)	(423.112)	(6.745)	(429.857)
Despesas financeiras	(101.144)	(2.248)	(103.392)	(262.011)	(6.745)	(268.756)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>203.485</b>	<b>(674)</b>	<b>202.811</b>	<b>690.152</b>	<b>(2.023)</b>	<b>688.129</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(74.051)	-	(74.051)	(236.951)	-	(236.951)
Correntes	2.607	229	2.836	(4.885)	688	(4.197)
Diferidos	(71.444)	229	(71.215)	(241.836)	688	(241.148)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>132.041</b>	<b>(445)</b>	<b>131.596</b>	<b>448.316</b>	<b>(1.335)</b>	<b>446.981</b>
ATRIBUÍVEL A:						
Participação dos acionistas controladores	129.704	(445)	129.259	440.691	(1.333)	439.358
Participação dos acionistas não controladores	2.337	-	2.337	7.625	(2)	7.623
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>	<b>132.041</b>	<b>(445)</b>	<b>131.596</b>	<b>448.316</b>	<b>(1.335)</b>	<b>446.981</b>
	0,18617	-	0,18553	0,63253	-	0,63061

## Notas Explicativas

	Controladora					
	Três meses findos em			Nove meses findos em		
	Originalmente Divulgado 30/09/2018	Reapresentado 30/09/2018	CPC06 (R2) 30/09/2018	Originalmente Divulgado 30/09/2018	Reapresentado 30/09/2018	CPC06 (R2) 30/09/2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	129.704	(445)	129.259	440.691	(1.333)	439.358
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	129.704	(445)	129.259	440.691	(1.333)	439.358
	Consolidado					
	Três meses findos em			Nove meses findos em		
	Originalmente Divulgado 30/09/2018	Reapresentado 30/09/2018	CPC06 (R2) 30/09/2018	Originalmente Divulgado 30/09/2018	Reapresentado 30/09/2018	CPC06 (R2) 30/09/2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	132.041	(445)	131.596	448.316	(1.335)	446.981
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	132.041	(445)	131.596	448.316	(1.335)	446.981
ATRIBUÍVEL A:						
Acionista controladores	129.704	(445)	129.259	440.691	(1.333)	439.358
Acionistas não controladores	2.337	-	2.337	7.625	(2)	7.623

## Notas Explicativas

	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria		Dividendos adicionais propostos		Lucros acumulados		Patrimônio líquido dos acionistas controladores		Participação dos acionistas não controladores		Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>												
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	696.715	5.475	139.343	176.772	-	-	1.018.305	97.948	1.116.253			
Opções de ações outorgadas reconhecidas	-	81	-	-	-	-	81	3	84			
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	8.777	-	-	-	-	8.777	(103.418)	(94.641)			
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.793)	-	(4.793)	-	(4.793)			
Dividendos distribuídos (R\$0,72 por ação)	-	-	-	(176.772)	(256.560)	-	(433.332)	(2.156)	(435.488)			
Lucro do período	-	-	-	-	439.358	-	439.358	7.623	446.981			
SALDOS EM 30 de SETEMBRO DE 2018	696.715	14.333	139.343	-	178.005	-	1.028.396	-	1.028.396			

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente Divulgado	Reapresentado	Originalmente Divulgado	Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
30/09/2018	CPC06 (R2)	30/09/2018	CPC06 (R2)	30/09/2018
RECEITAS	140.080	-	2.361.835	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(22.610)	-	(702.708)	117
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	117.470	-	1.659.127	117
RETENÇÕES	(12.915)	(1.137)	(322.150)	(3.069)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	104.555	(1.137)	1.336.977	(2.952)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	628.600	(708)	161.101	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	733.155	(1.845)	1.498.078	(2.952)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL	68.554	-	183.091	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	9.326	(321)	425.873	(688)
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	214.584	(191)	440.798	(929)
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	440.691	(1.333)	448.316	(1.335)

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente Divulgado	Reapresentado	Originalmente Divulgado	Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>				
30/09/2018	CPC06 (R2)	30/09/2018	CPC06 (R2)	30/09/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(17.535)	3.606	1.043.976	7.791
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	351.507	-	(529.724)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(400.370)	(3.606)	(287.002)	(7.791)

## Notas Explicativas

### 4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	19	69	28.054	30.244
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	607.323	744.241	935.785	1.186.688
Operações compromissadas (b)	-	-	51.055	5.275
Certificado de depósito bancário CDB (c)	956.360	169.467	958.432	358.765
Aplicações automáticas (d)	1.493	181	11.620	24.589
	<u>1.565.195</u>	<u>913.958</u>	<u>1.984.946</u>	<u>1.605.561</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2019 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 87,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 1,8% em Operações Compromissadas, 10,9% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 29,93% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,52% em Operações Compromissadas, 1,19% em Letra Financeira (LF), 62,37% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,0% em 30 de setembro de 2019 (99,10% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 30 de setembro de 2019 (75% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100,4% do CDI em 30 de setembro de 2019 (100,57% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

## Notas Explicativas

### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo de investimento	<u>110.718</u>	<u>76.525</u>
	<u>110.718</u>	<u>76.525</u>
Circulante	89.243	61.521
Não circulante	21.475	15.004

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,2% do CDI em 30 de setembro de 2019 (97,57% em 31 de dezembro de 2018) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas diretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A – Ecopistas, para a Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. , Concessionária Ponte-Rio Niterói – Ecoponte e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – Eco050, para operações com o BNDES.

### 6. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	147.624	110.670
Receitas acessórias (b)	5.329	5.464
Outras contas a receber	4.823	4.392
Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	<u>(3.869)</u>	<u>(2.915)</u>
	<u>153.907</u>	<u>117.611</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

## Notas Explicativas

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	149.676	116.252
Vencidos:		
Até 30 dias	1.848	1.061
De 31 a 90 dias	2.036	267
De 91 a 120 dias	347	31
Acima de 120 dias	3.869	2.915
	<u>157.776</u>	<u>120.526</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Saldo inicial no período	2.915	1.263
Constituição de PECLD no período	1.001	2.629
Valores recuperados no período	(47)	(1.259)
Saldo no fim do período	<u>3.869</u>	<u>2.633</u>

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cível	-	-	4.388	4.598
Tributário	-	-	5.723	5.930
Trabalhista	481	463	11.777	10.087
Meio Ambiente	-	-	59.977	51.649
MPF-PR (vide Nota Explicativa nº17.iii)	-	-	182.162	-
Desapropriações	-	-	23.736	23.952
	<u>481</u>	<u>463</u>	<u>287.763</u>	<u>96.216</u>

Os principais saldos dos depósitos judiciais estão divulgados na Nota Explicativa nº 20 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Saldos no início do período	463	320	96.216	97.166
Aquisição participação (Vide Nota Explicativa nº8.a)	-	-	820	-
Adições	85	152	194.392	11.863
Baixas	(73)	(18)	(7.446)	(1.861)
Atualização monetária	6	6	3.781	2.024
Saldos no fim do período	<u>481</u>	<u>460</u>	<u>287.763</u>	<u>109.192</u>



## Notas Explicativas

## 8. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

	Valores das investidas em 30/09/2019		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência Patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	499.121	250.638	100%	100%	499.121	449.003	250.638	255.827
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	107.368	(64.525)	100%	100%	107.368	46.893	(64.525)	67.329
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	588.192	10.647	100%	100%	588.192	581.910	10.647	23.788
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (a)	476.486	15.208	100%	100%	476.486	349.094	15.208	11.432
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (b)	68.691	80.354	100%	100%	68.691	48.718	80.354	74.016
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	5.052	(4.574)	100%	100%	5.052	9.625	(4.574)	(3.415)
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	198.739	20.172	100%	100%	198.739	155.531	20.172	29.525
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas EIL-02 S.A.	70.750	(198.359)	100%	100%	70.750	105.109	(198.359)	43.197
Argovias Adm. e Participações S.A. (**)	1	-	100%	-	1	1	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágjo	412.987	(7.240)	100%	-	412.987	-	(7.240)	-
Lucros não realizados - Eco101	38.807	(682)	-	-	38.807	42.013	-	-
Lucros não realizados - Eco135	(682)	(573)	-	-	(682)	-	(682)	-
	(573)	(573)	-	-	(573)	-	(573)	-
					2.464.939	1.787.897	101.066	501.699

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº3.

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº8.a)

## Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de setembro de 2019:

	ATIVO	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	PASSIVO	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto
Ecovia	286.557	62.867	223.690	286.557	114.715	64.474	107.368
Ecosul	393.781	48.164	345.617	393.781	314.319	10.771	68.691
Ecovias	1.886.816	113.968	1.772.848	1.886.816	246.307	1.141.388	499.121
Ecocataratas	448.649	75.781	372.868	448.649	149.631	228.268	70.750
Ecopistas	1.589.925	137.653	1.452.272	1.589.925	205.173	796.560	588.192
Eco101	974.876	46.373	928.503	974.876	66.692	431.698	476.486
Ecoponte	498.088	32.935	465.153	498.088	115.304	184.045	198.739
Eco135	1.136.743	115.677	1.021.066	1.136.743	268.997	862.694	5.052
EIL02	1	1	-	1	-	-	1
Argovias (*)	477.315	446	476.869	477.315	64.328	-	412.987
Eco050 (*)	1.465.786	82.189	1.383.597	1.465.786	57.747	931.170	476.869

(\*) Vide Nota Explicativa nº8.a)

## Notas Explicativas

	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas administrativas gerais e	Amortização de investimentos	Outras receitas/ (despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício
Ecovia	205.337	(89.856)	115.481	(14.216)	-	(127.543)	-	(26.278)	(5.830)	(32.108)	(32.417)	(64.525)
Ecosul	277.166	(129.892)	147.274	(12.466)	-	45	-	134.853	(13.929)	120.924	(40.570)	80.355
Ecovias	825.040	(366.705)	458.334	(32.245)	-	1.539	-	427.628	(57.188)	370.440	(119.802)	250.639
Ecocataratas	250.612	(142.851)	107.762	(11.686)	-	(249.990)	-	(153.915)	(12.210)	(166.124)	(32.235)	(198.359)
Ecopistas	257.151	(163.577)	93.574	(14.468)	-	326	-	79.432	(65.413)	14.018	(3.371)	10.647
Eco101	322.435	(282.101)	40.334	(10.213)	-	175	-	30.296	(8.089)	22.207	(6.999)	15.208
Ecoponte	269.034	(227.393)	41.641	(8.079)	-	(1)	-	33.562	(5.243)	28.318	(8.146)	20.172
Eco135	206.011	(136.293)	69.718	(7.470)	-	(4)	-	62.244	(68.739)	(6.495)	1.922	(4.574)
ELLO2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Argovias	(0)	(11)	(11)	-	-	-	(4.741)	(4.753)	(2.488)	(7.240)	-	(7.240)
Eco050	94.190	(83.021)	11.168	(3.503)	-	(130)	-	7.535	(15.075)	(7.540)	2.798	(4.741)

(\*) Vide Nota Explicativa nº8.a)

## Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2019 está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Aporte de Capital	Aquisição de Participação (*)	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	30/09/2019
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	449.003	-	-	(200.521)	-	250.638	499.121
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	46.893	125.000	-	-	-	(64.525)	107.368
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	581.910	-	-	(4.365)	-	10.647	588.192
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	349.094	114.000	-	(1.816)	-	15.208	476.486
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	48.718	-	-	(60.380)	-	80.354	68.691
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	9.625	-	-	-	-	(4.574)	5.052
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	155.531	27.368	-	(4.332)	-	20.172	198.739
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	105.109	164.000	-	-	-	(198.359)	70.750
EIL-02	1	-	-	-	-	-	1
Argovias	-	85.000	335.227	-	-	(7.240)	412.987
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	42.013	-	-	-	(3.206)	-	38.807
Lucros não realizados -Eco101	-	-	-	-	-	(682)	(682)
Lucros não realizados - Eco135	-	-	-	-	-	(573)	(573)
	<b>1.787.897</b>	<b>515.368</b>	<b>335.227</b>	<b>(271.414)</b>	<b>(3.206)</b>	<b>101.066</b>	<b>2.464.939</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº8.a)

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Aporte de Capital	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Aumento no percentual de investimentos	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/09/2018 Ajustado (*)
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	419.623	-	(256.692)	-	-	-	255.827	418.758
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	60.462	-	(72.773)	-	-	15	67.329	55.033
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	554.973	-	(9.641)	-	99.392	6	23.788	569.126
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	127.631	-	-	-	-	8	11.432	238.463
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	-	18.343	-	-	-	-	(3.415)	14.928
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	143.599	-	(6.242)	-	-	8	29.525	166.890
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	114.207	-	(45.120)	-	-	-	43.197	112.284
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	30.317	-	(62.583)	-	4.025	7	74.016	45.782
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	47.606	-	-	(4.196)	-	-	-	43.410
	<b>1.498.418</b>	<b>18.343</b>	<b>(453.051)</b>	<b>(4.196)</b>	<b>103.417</b>	<b>44</b>	<b>501.699</b>	<b>1.664.674</b>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

## Notas Explicativas

a) Em 1 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A ("Companhia"), através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebrou contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044. Em 30 de maio de 2019, foram concluídas todas as condições precedentes, a efetiva transferência das ações da Argovias para a Companhia e a quitação da aquisição, pelo valor atualizado de R\$654.764. O excedente entre o preço de aquisição e o valor justo de R\$319.537 foi preliminarmente alocado em ágio.

A seguir a Companhia apresenta os saldos de balanço incorporados na data de aquisição.

Ativo:	<u>31/05/2019</u>	<u>Passivo:</u>	<u>31/05/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.365	Empréstimos e Financiamentos	790.292
Títulos e Valores Mobiliários	43.865	Arrendamento Mercantil	721
Clientes	1.1.325	Debêntures	86.102
Tributos a recuperar	881	Fornecedores	45.446
Despesas antecipadas	1.589	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.273
Depósitos judiciais	820	Obrigações sociais e trabalhistas	4.391
Outros créditos	1.569	Partes relacionadas	55
Imobilizado	33.307	Obrigações com o Poder Concedente	455
Intangível	1.310.925	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.822
		Provisão para manutenção	93.688
		Tributos diferidos	37.235
		Outras contas a pagar	8.939
		<b>Total do passivo</b>	<b>1.073.419</b>
		Patrimônio Líquido	281.250
		Capital social	2.136
		Reserva legal	40.586
		Reserva de lucro	11.255
		Prejuízos acumulados	335.227
<b>Total do ativo</b>	<b>1.408.646</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.408.646</b>

## Notas Explicativas

## 9. IMOBILIZADO

## a) Controladora

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual					
			Taxa anual de depreciação - %			Custo			Depreciação			Residual		
			Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018
Hardwares	20,0	5,4	18.891	213	-	-	19.104	(767)	(17.196)	1.908	2.462			
Máquinas e equipamentos	10,0	6,3	1.103	62	-	-	1.165	(54)	(816)	349	341			
Móveis e utensílios	10,0	7,5	1.693	5	-	-	1.698	(96)	(1.035)	663	754			
Terrenos	-	-	2.192	14	-	-	2.206	-	-	2.206	2.192			
Edificações	10,0	4,0	8.461	-	526	-	8.987	(270)	(2.859)	6.128	5.872			
Veículos	20,0	6,8	157	-	-	157	157	(8)	(149)	8	16			
Instalações	10,0	9,7	8.388	182	(6)	349	8.913	(645)	(4.100)	4.813	4.933			
Imobilizado em andamento	-	0,0	197	-	-	(191)	6	-	-	6	197			
Benefitórias	4,0	14,5	6.966	-	-	356	7.322	(798)	(3.649)	3.673	4.115			
Outros	-	-	1	-	-	-	1	(1)	(1)	-	-			
			48.049	476	(6)	1.040	49.559	(27.167)	(29.805)	19.754	20.882			

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual					
			Taxa anual de depreciação - %			Custo			Depreciação			Residual		
			Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.
Hardwares	10,0	10,9	18.218	529	-	18.747	(14.432)	(1.520)	-	(15.952)	2.795	3.786		
Máquinas e equipamentos	10,0	6,7	1.072	36	-	1.108	(689)	(55)	-	(744)	364	383		
Móveis e utensílios	10,0	7,7	1.810	-	(84)	1.727	(921)	(100)	84	(937)	790	889		
Terrenos	-	-	2.185	-	-	2.185	-	-	-	-	2.185	2.185		
Edificações	4,0	4,3	8.459	-	2	8.461	(2.243)	(270)	-	(2.513)	5.948	6.216		
Veículos	20,0	19,5	153	-	4	157	(116)	(23)	-	(139)	18	37		
Instalações	10,0	9,6	7.779	168	313	8.260	(2.660)	(593)	-	(3.253)	5.007	5.119		
Imobilizado em andamento	-	-	2.377	-	(2.180)	197	-	-	-	-	197	2.377		
Benefitórias	10,0	8,4	-	-	6.961	6.961	-	(438)	-	(2.147)	4.376	-		
Outros	-	-	5.102	-	(5.101)	1	(2.021)	(127)	-	(1)	-	3.081		
			47.155	733	(84)	47.804	(23.082)	(3.126)	84	(26.124)	21.680	24.073		

## Notas Explicativas

## b) Consolidado

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual				
			Saldos em 31/12/201		Aquisição de Participação (*)		Saldos em 30/09/2019		Aquisição de Participação (*)			Saldos em 30/09/2019			
			Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.			Adições	Baixas	Transf.	
Hardwares	20,0	4,8	277.281	6.535	997	26.594	311.135	(238.760)	(9.943)	252	-	(4.245)	(252.696)	58.439	38.521
Máquinas e equipamentos	10,0	6,2	51.379	2.250	(2.343)	7.647	58.897	(28.819)	(2.562)	36	266	(1.529)	(32.608)	26.289	22.560
Móveis e utensílios	10,0	7,7	18.146	496	-	775	19.424	(11.911)	(1.070)	-	-	(307)	(13.288)	6.136	6.235
Terrenos	-	-	6.519	14	-	2	6.535	-	-	-	-	-	-	6.535	6.519
Edificações	10,0	4,0	8.461	-	526	-	8.987	(2.589)	(270)	-	-	-	(2.859)	6.128	5.872
Veículos	20,0	12,1	17.768	349	(624)	(35)	29.415	(14.098)	(2.362)	439	-	(7.585)	(23.606)	5.809	3.670
Instalações	10,0	9,6	8.388	182	(6)	349	8.913	(3.455)	(645)	-	-	-	(4.100)	4.813	4.933
Benfeitorias	4,0	-	6.966	-	356	-	7.322	(2.851)	(798)	-	-	-	(3.649)	3.673	4.115
Outros	-	4,1	14.744	386	(4.731)	-	10.399	(9.032)	(319)	-	-	-	(9.351)	1.048	5.712
			409.652	10.212	(938)	(4.872)	461.027	(311.515)	(17.969)	727	266	(13.666)	(342.157)	118.870	98.137

(\*) Vide Nota Explicativa nº8.a)

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual			
			Saldos em 31/12/2017		Aquisição de Participação (*)		Saldos em 30/09/2018		Aquisição de Participação (*)			Saldos em 30/09/2018		
			Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.			Adições	Baixas	Transf.
Hardwares	10,0	7,2	256.090	8.254	(46)	264.298	(220.396)	(13.999)	46	(153)	(234.502)	29.796	35.694	
Máquinas e equipamentos	10,0	6,3	49.034	1.759	(4)	50.789	(25.782)	(2.367)	4	106	(28.039)	22.750	23.252	
Móveis e utensílios	10,0	-	17.645	261	(133)	17.775	(10.727)	(1.040)	125	49	(11.593)	6.182	6.918	
Terrenos	-	-	6.512	-	-	6.512	-	-	-	-	-	6.512	6.512	
Edificações	4,0	4,2	8.459	-	-	8.461	(2.251)	(270)	-	-	(2.521)	5.940	6.208	
Veículos	20,0	11,6	16.552	633	(741)	1.088	17.532	(12.434)	(1.504)	741	(374)	(13.571)	3.961	
Instalações	10,0	-	7.779	168	-	313	8.260	(3.038)	(593)	-	-	(3.631)	4.629	
Benfeitorias	10,0	8,4%	-	-	-	6.961	6.961	(438)	-	(2.147)	(2.585)	4.376	-	
Outros	-	-	23.827	7	(871)	(8.366)	14.597	(10.692)	(752)	-	2.519	(8.925)	5.672	
			385.898	11.082	(1.795)	-	395.185	(285.320)	(20.963)	916	-	(305.367)	89.818	100.578

Em 30 de setembro de 2019, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Veículos" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 12). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 13) não existem garantias dessa natureza.

A administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de setembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Notas Explicativas

## 10. INTANGÍVEL

## a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2018	Adições	Transf.	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018		Adições	
Intangível em andamento	-	-	1.274	175	(1.040)	-	409	-	-	409	1.274
Softwares de terceiros	20,0	9,3	78.689	2.998	-	-	81.687	(5.531)	(60.395)	(65.926)	15.761
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	4.989	4.989	(1.310)	-	(1.310)	3.679
			79.963	3.173	(1.040)	4.989	87.085	(6.841)	(60.395)	(67.236)	19.849
											24.557

  

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017		Adições	
Intangível em andamento	-	-	1.770	225	(714)	-	1.281	-	-	1.281	1.770
Softwares de terceiros	20,0	10,2	70.685	4.486	714	-	75.885	(5.593)	(52.890)	(58.483)	17.402
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	5.514	5.514	(1.137)	-	(1.137)	4.377
			72.455	4.711	-	5.514	82.680	(6.730)	(52.890)	(59.620)	23.060
											25.079

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

## b) Consolidado

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual						
			Saldos em 31/12/2018	Adições	Reclas	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018		Adições					
Contratos de concessão (i)	-	(ii)	7.504.632	149.682	5.837	1.448.067	9.314.896	(2.724.425)	(347.045)	7	(266)	(79.106)	(3.150.835)	6.164.061	4.780.207
Intangível em andamento (iii)	-	-	358.015	676.969	(5.837)	261.169	1.267.422	-	-	-	-	-	-	1.267.422	358.015
Softwares de terceiros	20,0	10,6	103.833	5.228	548	1.764	111.373	(78.716)	(8.536)	-	(1.432)	(88.684)	22.689	25.117	
Outros	-	-	181.290	-	-	-	14	(12)	(1)	-	-	(13)	1	181.278	
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	-	8.206	-	(3.386)	-	-	(3.386)	4.820	8.206	
			8.147.770	831.879	4.872	1.711.000	10.701.911	(2.803.153)	(358.968)	7	(266)	(80.538)	(3.242.918)	7.458.993	5.352.823



## Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Adoção CPC06 (R\$)	Saldos em 30/09/2018 Ajustado (*)	Amortização			Residual			
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.			Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 30/09/2018 Ajustado (*)	30/09/2018 Ajustado (*)	31/12/2017 Ajustado (*)
Contratos de concessão	-	(ii)	6.142.696	892.282	317.802	-	7.352.780	(2.360.241)	(293.739)	-	-	-	4.698.800	3.782.455
Softwares de terceiros	20,0	10,4	92.494	5.824	714	-	99.032	(68.709)	(7.448)	-	-	-	22.875	23.785
Outros	-	-	181.290	-	(7)	-	181.283	(5)	-	-	-	-	181.278	181.285
Intangível em andamento	-	-	204.127	314.269	(318.509)	-	199.887	-	-	-	-	-	199.887	204.127
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	10.165	10.165	-	(3.069)	-	-	-	(3.069)	7.096
			6.620.607	1.212.375	-	10.165	7.843.147	(2.428.955)	(304.256)	-	-	-	5.109.936	4.201.817

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº8.a)

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de setembro de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: (i) Ecovia R\$3.772 revitalização e manutenção de pavimento, R\$40 implantação na área de escape e R\$51 sinalização vertical na BR 277; (ii) Ecosul R\$1.204 restauração de pavimento reconstrução de pavimento rígido da balança e implantação de drenos do Polo de Pelotas, e R\$253 implantação de monitoramento das praças de pedágio; (iii) Ecovias R\$2.556 restauração de pavimento rígido, sinalização horizontal, manutenção da infraestrutura viária e serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes; (iv) Ecocataratas R\$7.495 restauração de pavimentos, terraplenagem e transição de tripla onda nas obras de duplicação Rodovia BR 277; (v) Ecopistas R\$20.125 restauração de pavimento, desapropriação e OAEs e dispositivos de segurança Rodovia Carvalho e Pinto e Ayrton Senna; (vi) Eco101 R\$14.846 sistema de arrecadação plurianual, sinalização horizontal e vertical e elementos de segurança, duplicação dos subtrechos F36 KM 3214 KM 33/EF35 KM 3052 AO KM; (vii) Ecoponte R\$18.336 desapropriações, pavimentos diversos e melhoria na sinalização vertical; (viii) Eco135 R\$11.291 obras na rodovia para operações iniciais, instalações elétricas e prediais, desenvolvimento de software e implantação de infraestrutura nas praças de pedágios.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de setembro de 2019 foram 5,9% a.a. (8,5% a.a. em 30 de setembro de 2018).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de setembro de 2019 referem-se a: (i) Ecovia R\$3.871 restauração e manutenção de pavimento do acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$42.401 restauração e levantamento dos parâmetros de pavimentos e implantação de drenos de pavimentos do Polo Pelotas e R\$537 recuperação de obras de artes especiais; (iii) Ecovias R\$125.165 implantação da conexão Porto-Cidade de Santos, restauração de pavimento e recuperação e contenção de encostas; (iv) Ecocataratas R\$48 projeto de manutenção de pavimentos da BR277; (v) Ecopistas R\$6.265 drenos de pavimentos da rodovia Carvalho Pinto, e restauração de passivos ambientais e condicionantes ambientais; (vi) Eco101 R\$159.009 obras de duplicação subtrecho EF35 Km 3052 e interseções Diamante Km 2980 e subtrecho F36 Km 3214 KM 33, pavimentos e passarela nos contornos de Vitória e sistema de drenagem em obra de arte; (vii) Ecoponte R\$155.581 inspeções especiais de pavimentos e obras de arte especiais, e obras da construção da Alça da Linha Vermelha e Alça de ligação Av. Portuária/Av. Bras; (viii) Eco135 R\$86.175 obras iniciais para operações na rodovia, licenças ambientais e implantação de automação nas praças de pedágios e R\$53.373 capitalização de encargos e AVP sobre onus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial).

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram capitalizados R\$50.355 referentes a encargos financeiros (R\$20.389 em 30 de setembro de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de setembro de 2019 é de 30,7% a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 16,5% a.a. para o período findo em 30 de setembro de 2018.

## Notas Explicativas

### 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### a) Tributos diferidos – Consolidado

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanço patrimonial				Resultado	
	31/12/2018	Aquisição de Participação (**)	Adições	Baixas	30/09/2019	30/09/2019
Realização do ágio na incorporação	29.505	-	989	(7.187)	23.307	(6.198)
Provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas	8.388	595	3.066	(294)	11.755	2.772
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	15.162	-	29.539	(2.174)	42.527	27.365
Provisão para manutenção	108.962	31.854	56.330	(34.207)	162.939	22.123
AVP ônus Concessão	1.447	-	-	(210)	1.237	(210)
Provisão para Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	576	-	219	(442)	353	(223)
Outros	3.247	3.559	2.280	(5.362)	3.724	(3.082)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(45.088)	-	-	2.506	(42.582)	2.506
Juros capitalizados	(17.935)	(73.243)	(4.129)	(4.391)	(99.698)	(8.520)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	104.264	(37.235)	88.294	(51.761)	103.562	
Receita (despesa) de IR e CS diferido						36.533

(\*) Refere-se ao prejuízo fiscal da companhia e das controladas diretas: ECO101 e Eco135.

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº8.a)

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$152.761 no ativo não circulante e R\$49.199 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

## Notas Explicativas

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das investidas seja realizada sem até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2019	17.782	3.528	21.310	39.341	783	40.124
2020	53.688	7.738	61.426	37.259	487	37.746
2021	42.032	6.558	48.590	35.683	(1.849)	33.834
2022	11.934	4.718	16.652	6.539	(1.849)	4.690
2023	12.219	4.841	17.060	6.540	(1.849)	4.691
Posteriores a 2023 (*)	15.106	(76.582)	(61.476)	1.568	(18.389)	(16.821)
	152.761	(49.199)	103.562	126.930	(22.666)	104.264

(\*) Os valores acima de dez anos estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

### b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(66.243)	432.696	172.577	688.129
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	22.522	(147.304)	(58.676)	(233.964)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	24.444	156.322	-	-
Lucros não realizados	-	-	(427)	-
Juros sobre capital próprio	-	1.630	-	1.630
Despesas indedutíveis	(36)	(22)	(73)	(47)
Gratificações diretores	(535)	(1.795)	(1.081)	(2.227)
Amortização de ágio	(1.090)	(1.427)	(4.820)	(5.157)
Ajuste Prêmio <i>Stock Option</i> 2017	-	(748)	-	(1.591)
Incentivos fiscais (PAT)	(3)	-	875	819
Créditos tributários não constituídos (*)	-	-	(850)	-
Acordo de Leniência	(15.204)	-	(143.581)	-
Outros	(1.055)	(100)	(1.143)	(611)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	29.043	6.556	(209.776)	(241.148)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(106)	(246.309)	(236.951)
Impostos diferidos	29.043	6.662	36.533	(4.197)
Taxa efetiva	-	-	n.m.	35,0%

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

**Notas Explicativas**

## c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período provisão IR/CS	45.090	24.550
Despesa IR/CS DRE	246.310	236.951
Total de IR/CS pagos	(256.148)	(230.878)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	35.252	30.623

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	30/09/2019	31/12/2018
Em moeda nacional:					
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	23.835	27.390
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP + 2,45% a.a.	70.358	92.799
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	135	168
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0% a.a.	141	292
Finame (c)	Ecosul	11/2020	6,0% a.a.	59	97
Financiamento (d)	Eco101	12/2019	21,27% a.a.	23	111
Finem (e)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	230.651	187.354
Finem (f)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	162.751	169.567
Finem (g)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	59.172	51.410
Finem (g)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	112.909	28.461
BNDES (j)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	228.412	-
BDMG (k)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	88.366	-
FINISA – CEF (l)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	261.014	-
FDCO – CEF (m)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	141.530	-
1ª Emissão NP – Argovias (n)	Argovias	11/2019	CDI + 2,25%	64.215	-
				<u>1.443.571</u>	<u>557.649</u>
Circulante				161.182	59.328
Não circulante				1.282.389	498.321

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2019	31/12/2018
2020	22.721	59.742
2021	80.567	50.393
2022	74.356	42.211
2023	77.978	43.710
2024	78.561	42.081
Posteriores a 2024	948.206	260.184
	<u>1.282.389</u>	<u>498.321</u>

## Notas Explicativas

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período	557.649	491.009
Adições	162.740	96.219
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº8.a)	790.292	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº24)	68.795	38.073
Pagamento do principal	(67.234)	(32.731)
Pagamento de juros	(68.671)	(45.151)
Saldo no fim do período	<u>1.443.571</u>	<u>547.419</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(d)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção de índices.	Sem garantias.
(e)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Cessão de direitos creditórios.
(f)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Cessão de direitos creditórios.
(g)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (i) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(h)	ECO050	Banco ABC	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(i)	ECO050	Arrendamento-Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Nota promissória.
(j)	ECO050	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(k)	ECO050	BDMG	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(l)	ECO050	Caixa/ FINISA	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(m)	ECO050	FDCO	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(n)	Argovias	Nota Promissória	Não exigem manutenção dos índices	Avalista Ecorodovias Concessões.

## Notas Explicativas

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

<u>Índices financeiros Ecopistas (a)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	36,99%
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	1,39x
(ii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	2,88x
<u>Índices financeiros Ecoponte (g)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	46%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	6,16x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,00	1,75x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (ECS)	≤ 4,00	3,29x

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

### Ecopistas

<u>Subcrédito (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	80.926	114 mensais
b	85.528	85.528	66.372	114 mensais
d	27.999	27.999	16.947	114 mensais
e	21.769	21.769	10.884	10 anuais
j	11.281	11.281	4.453	114 mensais
k	22.438	22.438	8.857	114 mensais
l	9.169	9.169	3.668	10 anuais
Total	<u>277.384</u>	<u>277.384</u>	<u>192.107</u>	

(\*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

### Eco101

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A	188.473	188.473	30.149	150 parcelas
B1	66.237	66.237	5.306	150 parcelas
B2	52.483	52.483	3.128	150 parcelas
B3	117.799	117.799	5.547	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	<u>882.144</u>	<u>424.992</u>	<u>44.130</u>	

**Notas Explicativas**Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	62.649	3.451	177 mensais
b	177.920	83.406	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	787	28	177 mensais
e	2.075	415	-	157 mensais
<b>Total</b>	<b>417.000</b>	<b>147.257</b>	<b>3.479</b>	

**13. DEBÊNTURES**

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	-	161.665
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	175.787	167.414
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% CDI a.a.	-	-	50.967	50.123
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	58.977	56.122
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA + 3,80/4,28% a.a.	-	-	1.124.889	1.244.376
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	-	208.864
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	362.053	407.560
1ª Emissão - Eco101	12/2020	CDI + 2,56% a.a.	-	-	25.546	25.000
1a Emissão - Eco135	08/2020	117,5% CDI	-	-	226.390	226.224
1a Emissão - Eco050	12/2029	IPC-A + 9% a.a.	-	-	85.350	-
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	190.233	373.229	190.233	373.229
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	744.110	694.574	744.110	694.574
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106% CDI a.a.	-	220.106	-	220.106
4ª Emissão Privada - Ecorodovias Concessões	04/2025	105,50% do CDI	358.554	341.696	-	-
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% CDI a.a.	105.497	100.113	105.497	100.113
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,00% e 110,25% do CDI	1.095.542	1.076.561	1.095.542	1.076.561
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	33.696	31.346	33.696	31.346
7ª Emissão - Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,4438%	370.976	365.532	370.976	365.532
8ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 3ª Série)	04/2026	CDI + 1,30% a.a. / IPCA+ 5,50%	920.082	-	920.080	-
			<b>3.818.690</b>	<b>3.203.157</b>	<b>5.570.093</b>	<b>5.408.809</b>
Circulante			507.187	650.996	1.291.413	1.287.451
Não circulante			3.311.503	2.552.161	4.278.680	4.121.358

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período	3.203.157	3.210.525	5.408.809	5.162.689
Adições	895.755	347.995	1.043.378	572.053
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº8.a)	-	-	86.102	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	207.686	189.980	339.449	326.260
Pagamento de principal	(399.000)	(69.651)	(1.079.905)	(158.672)
Pagamento de juros	(88.908)	(232.001)	(227.740)	(262.202)
Saldo no final do período	<b>3.818.690</b>	<b>3.446.848</b>	<b>5.570.093</b>	<b>5.640.128</b>

## Notas Explicativas

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

#### 1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.



## Notas Explicativas

### 2ª Emissão

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a Companhia adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Controlada. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma: Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros; em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 15 de maio de 2019.

### Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

#### 1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI *over* -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI *over*, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de

## Notas Explicativas

emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interviente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 17 de maio de 2019.

### Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor

## Notas Explicativas

nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56%a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

### Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

#### 1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora (“cessão”). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;

## Notas Explicativas

- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025. A controlada direta Concessionária Ecovias dos Imigrantes adquiriu a totalidade das debêntures e as apresenta em suas demonstrações na rubrica "Partes Relacionadas".

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1ª aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data

## Notas Explicativas

de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI over, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 7ª Emissão

Em 7 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

### 8ª Emissão

Em 22 de maio de 2019, foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor nominal total de R\$900 milhões.

## Notas Explicativas

(i) 1ª série R\$833.675 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,30%a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

(ii) 3ª série R\$66.325 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,5031%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento será em 15 de abril de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2026, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de abril nos anos de 2025 e 2026;

### Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

#### 1ª emissão

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI over, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

### Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

Em 02 de Março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia real fidejussória em série única, no valor nominal total de R\$90 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 9,0% a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento foi em 15 de junho de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 17 de Dezembro de 2029.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2020	517.068	(696)	516.372	695.602	(2.335)	693.267
2021	572.742	(2.585)	570.157	567.277	(1.743)	565.534
2022	572.782	(1.752)	571.030	567.320	(910)	566.410
2023	16.037	(1.166)	14.871	15.593	(322)	15.271
2024	849.713	(568)	849.145	15.593	(236)	15.357
2025	790.061	(133)	789.928	696.398	(76)	696.322
	<b>3.318.403</b>	<b>(6.900)</b>	<b>3.311.503</b>	<b>2.557.783</b>	<b>(5.622)</b>	<b>2.552.161</b>

**Notas Explicativas**

	Consolidado					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2020	567.946	(1.844)	566.102	1.452.406	(7.010)	1.445.396
2021	699.628	(7.790)	691.838	690.190	(5.464)	684.726
2022	983.663	(5.507)	978.156	964.979	(3.163)	961.816
2023	360.591	(3.839)	356.752	346.907	(1.509)	345.398
2024	1.177.969	(2.421)	1.175.548	330.135	(654)	329.481
Posteriores a 2024	513.972	(3.688)	510.284	354.612	(71)	354.541
	<u>4.303.769</u>	<u>(25.089)</u>	<u>4.278.680</u>	<u>4.139.229</u>	<u>(17.871)</u>	<u>4.121.358</u>

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	<3,5x > 2,0x	1,41x 10,24x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	>20% ≥1,20x < 4,0x ≤5,5x	36,99% 1,39x 2,88x 3,57x
Ecosul	1ª 2ª 3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x < 3,0x ≤ 3,5x	1,12x 1,12x 1,12x
Ecorodovias Concessões	1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 7ª 8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda Ajustado Ebitda /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x < 3,75x > 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,5x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≤ 4,00x	3,29x 3,29x 3,03x 3,29x 3,53x 3,29x 3,53x 3,29x 3,53x 3,29x 3,29x 3,12x
Eco135 (Interveniente Garantidora-ECS)	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	3,13x

## Notas Explicativas

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	2ª série	15/10/2012	160.000	(4.417)	155.583	IPCA + 5,0% a.a	11,40% a.a.
	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	IPCA + 5,35% a.a	11,08% a.a.
	2ª série	24/04/2015	368.000	(2.609)	365.391	CDI + 1,42% a.a.	11,98% a.a.
	Série única	12/04/2017	300.000	(112)	299.888	105,5% CDI	6,24% a.a.
	Série única	22/06/2017	100.000	(198)	99.802	114,85% CDI	7,49% a.a.
	1ª série	14/12/2017	319.550	-	319.550	106,0% CDI	6,36% a.a.
	2ª série	14/12/2017	750.450	(2.908)	747.542	110,25% CDI	6,41% a.a.
	3ª série	14/12/2017	30.000	-	30.000	IPCA + 6,0% a.a.	9,69% a.a.
	Série única	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,4438% a.a.	11,05% a.a.
	1ª série	22/05/2019	833.675	(4.154)	829.521	CDI + 1,30% a.a.	6,80% a.a.
	2ª série	22/05/2019	66.325	-	66.325	IPCA + 5,5% a.a.	8,92% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,87% a.a.
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,98% a.a.
Ecopistas	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,58% a.a.
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,75% a.a.
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,70% a.a.
	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,61% a.a.
	1ª série	14/07/2017	100.000	(206)	99.794	105,0% do CDI	6,04%a.a.
	2ª série	14/12/2017	70.000	(144)	69.856	105,5% do CDI	5,92%a.a.
	3ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	5,91%a.a.
	4ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	5,91%a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	8,67% a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	10,99% a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	7,89% a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	7,01% a.a.
Eco135	1ª emissão	15/08/2018	225.000	(953)	224.047	117,5% CDI	6,95% a.a.
Eco050	Série única	02/03/2018	90.000	(13.904)	76.096	IPCA + 9% a.a.	13,79% a.a.
			<u>5.767.000</u>	<u>(86.953)</u>	<u>5.680.047</u>		



## Notas Explicativas

### 14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	4.419	4.989	6.619	8.206
Circulante	2.493	3.063	4.113	5.882
Não circulante	1.926	1.926	2.506	2.324

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Adoção inicial CPC06 (R2) (vide Nota Explicativa nº3)	4.989	5.514	8.206	10.165
Aquisição de participação (vide nota explicativa nº 8.a)	-	-	721	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	2.935	3.415	4.752	6.745
Pagamento principal	(570)	(191)	(2.308)	(1.046)
Pagamento de juros	(2.935)	(3.415)	(4.752)	(6.745)
Saldo no final do período	4.419	5.323	6.619	9.119

### 15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

## Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado			Custos e Despesas
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Juros de Mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Juros de Debêntures Privada	
Controladora		1.427	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(b)	Controlada	1.315	-	-	13.687	-	-	-	-
Empr. Concess. de Rodovias do Sul S.A. Ecosul(b)	Controlada	75	-	75	12.610	-	-	-	-
Empr. Concess. de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada	239	-	-	225	-	-	-	225
Empr. Concess. de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (i)	Controlada	5.377	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(b)	Controlada	289	-	-	52.688	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (e)	Controlada	1.709	-	25	-	-	-	-	229
Rodovia das Cataratas S.A.(b)	Controlada	58	-	58	16.390	-	-	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. (f)	Controlada	2.067	-	58	520	-	-	-	520
Conc. Rod. Ayrton Senna e C. Pinto S.A. Ecopistas (b)	Controlada	613	-	-	19.817	-	-	-	-
Conc. Rod. Ayrton Senna e C. Pinto S.A. Ecopistas (l)	Controlada	-	149.075	-	-	-	-	-	-
Conc. Rod. Ayrton Senna e C. Pinto S.A. Ecopistas (a)	Controlada	-	284.854	-	-	7.951	-	-	-
Conc. Rod. Ayrton Senna e C. Pinto S.A. Ecopistas (k)	Controlada	705	-	-	-	-	-	13.357	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(i)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(b)	Controlada	-	-	-	6.912	-	-	-	-
Ecorodoanel S.A. (i)	Controlada	9	-	-	-	-	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (i)	Controlada	70	-	1	-	-	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	794	-	-	9.410	-	-	-	-
Cons. Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte(b)	Controlada	354	-	-	3.393	-	-	-	-
Cons. Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte(i)	Controlada	287	-	-	-	-	-	-	-
Conc. Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (o)	Controlada	-	-	-	90	-	-	-	150
Eco050 (b)	Controlada	2.179	-	-	2.322	-	-	-	-
Eco050 (l)	Controlada	290	-	174	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.(b)	Outras partes relacionadas	61	-	-	583	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (l)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	121	-	-	1.156	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(l)	Controladora	-	-	199	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(g)	Controladora	-	-	-	-	-	18.810	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Controladora	-	-	-	-	10.535	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(h)	Controladora	-	-	-	-	-	-	2.698	-
Total em 30 de setembro de 2019		18.039	433.929	532	139.803	18.486	18.810	16.055	1.124
Total em 31 de dezembro de 2018		189.363	1.311.744	44.626					
Total em 30 de setembro de 2018					133.649	33.364	26.839	17.171	912

## Notas Explicativas

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado			
		Circulante	Não circulante/ Intangível	Circulante	Receita	Juros de Mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Juros de Debêntures Privada	Custos e Despesas
Ecoporto Santos S.A.(b)	Outras partes relacionadas	61	-	-	583	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	121	-	-	1.156	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Controladora	4	-	194	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	-	-	-	-	-	-	-	498
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (g)	Controladora	-	-	-	-	-	18.810	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	-	-	-	-	10.535	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	-	-	-	-	-	-	2.698	-
Ecorodoanel S.A. (i)	Outras partes relacionadas	9	-	-	-	-	-	-	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.(m)	Outras partes relacionadas	-	45.469	697	-	-	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda.(m)	Outras partes relacionadas	-	2.393	40	-	-	-	-	-
Consórcio Baixada Santista	Outras partes relacionadas	-	3.387	-	-	-	-	-	-
Consorcio BR050	Outras partes relacionadas	-	8.203	4.098	-	-	-	-	-
Consorcio MG135 (q)	Outras partes relacionadas	-	8.336	660	-	-	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte (n)	Outras partes relacionadas	-	117.074	11.103	-	-	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (p)	Outras partes relacionadas	-	71.788	6.963	-	-	-	-	-
Total em 30 de setembro de 2019		195	256.650	23.755	1.739	10.535	18.810	2.698	498
Total em 31 de dezembro de 2018		174.211	1.071.679	49.510	3.296	25.712	26.839	4.273	7.951
Total em 30 de setembro de 2018									

## Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) O valor de R\$149.075 (R\$142.374 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2025.
- b) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$193.735, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços já incorridos em 30 de setembro de 2019 é de R\$15.404 (R\$21.648 em 31 de dezembro de 2018).
- c) A Companhia teve em 14 de junho de 2019 a liquidação do contrato de Mútuo com a taxa fixa para 105,0% do CDI, e com o vencimento em 12/06/2020 com a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- d) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- e) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$25.
- f) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de setembro de 2019, esse valor atualizado é de R\$58 por mês.
- g) A Companhia teve a liquidação em 14 de junho de 2019 do contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020.
- h) A Companhia teve em 14 de junho de 2019 a liquidação das debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetariamente, e com juros remuneratórios de 105,50% do CDI over, os juros e amortização seriam pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020, com a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- i) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- j) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada Ecosul que pertence a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O saldo em aberto a pagar de

## Notas Explicativas

R\$54 (de alugueis já realizados) tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- k) Em 12 de julho de 2017, a controlada direta Conc.Rod. Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas realizou a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a Companhia adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Controlada. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma: Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros; em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- l) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística (vide nota de remuneração dos administradores).
- m) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$132396. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Os saldos em aberto a pagar em 30 de setembro de 2019 é de R\$737 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- n) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$347.096 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 30 de setembro de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$11.103 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- o) A Companhia e sua Controlada direta Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - ECOPONTE assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Controlada cede para Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecoponte loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 30 de junho de 2019 este valor atualizado é de R\$ 10 por mês.
- p) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de

## Notas Explicativas

R\$6.963 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos aos encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- q) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) Praças de Pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da Controlada. O preço global firmado é de R\$30.734 que finalizou a execução destes serviços em 20 de março de 2019. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de R\$660 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos aos encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- r) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., prestou serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Unisa das Ecovias". O preço global firmado é de R\$51.300 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2018. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de R\$660 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos aos encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- s) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. " O preço global firmado é de R\$137.810 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de R\$4.098 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos aos encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o período de 2019 em R\$8.388 (R\$19.633 em 31 de dezembro de 2018), contemplando custos adicionais referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

## Notas Explicativas

A remuneração provisionada aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Remuneração (fixa/variável)	3.337	6.008
Plano de retenção	-	2.480
Gratificação	328	-
Plano de opção com base em ações	-	83
Previdência privada	122	153
Remuneração baseada em ações	1.077	(1.414)
Assistência médica	146	125
Seguro de vida	5	3
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> ))	704	831
	<u>5.719</u>	<u>8.269</u>

### 16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

#### i) Outorgas fixas e variáveis

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.250	1.482
Variável - Ecopistas (a)	410	445
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	277	278
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	465	588
Variável - Ecosul (d)	293	232
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	325	325
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	290	276
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	557	532
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (h)	2.701	2.663
Fixas - Eco135 (i)	863.009	767.527
Credor Pela Concessão - ECO050 (j)	911	-
	<u>870.488</u>	<u>774.348</u>
Circulante	15.690	9.518
Não circulante	854.798	764.830

- a) A parcela variável das controladas diretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de setembro de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$277 (R\$278 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada direta Ecovia, provisionados mensalmente conforme contrato de concessão e realizados conforme demanda da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.
- d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30

## Notas Explicativas

de setembro de 2019, a parcela reajustada é de R\$325(R\$325 em 31 de dezembro de 2018).

- f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de setembro de 2019, o valor atualizado é de R\$290 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018).
- g) Taxa de fiscalização da controlada direta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 30 de setembro de 2019, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$557 (R\$532 em 31 de dezembro de 2018).
- h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada direta Ecocataratas, provisionados mensalmente conforme contrato de concessão e realizados conforme demanda da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.
- i) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947.
- j) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta Concessionaria de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). O valor mensal em 30 de setembro de 2019 corresponde à R\$455.

Adicionalmente, as controladas diretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas diretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.



## Notas Explicativas

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período	774.348	13.062
Adição	-	2.340.960
AVP da constituição (*)	-	(1.605.947)
Aquisição de participação (Vide Nota Explicativa nº8.a)	455	-
Intangível	1.739	-
Realização do AVP (**)	18.134	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	36.485	31.768
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 24)	62.614	(50)
Custos financeiros (**)	35.239	
Pagamento do principal	(58.526)	(40.397)
Saldo no fim do período	<u>870.488</u>	<u>739.396</u>

(\*) Refere-se ao Contrato de Concessão da Controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

(\*\*) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 - Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

### ii) Outros compromissos relativos a concessões

#### *Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.*

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

#### *Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.*

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

#### *Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul*

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

#### *Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas*

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários

## Notas Explicativas

de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

### *Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas*

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

### *Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

### *Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte*

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

## Notas Explicativas

### *Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.*

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

### *Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.*

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- promover a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário do lote que compreende o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

Conforme definido pela ANTT, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de Recuperação e Manutenção;
- Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço;
- Frente de Conservação;
- Frente de Serviços Operacionais.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2019,

## Notas Explicativas

para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

30/09/2019								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
<b>Natureza dos custos</b>								
Melhorias na infraestrutura	57.792	125.489	158.649	42.759	55.511	1.465.985	420.373	2.326.558
Conservação especial (manutenção)	1.482	64.988	164.712	110.223	424.402	651.936	431.684	1.849.427
Equipamentos	10.831	38.078	54.393	9.301	236.704	358.627	89.038	796.972
<b>Total</b>	<b>70.105</b>	<b>228.555</b>	<b>377.754</b>	<b>162.283</b>	<b>716.617</b>	<b>2.476.548</b>	<b>941.095</b>	<b>4.972.957</b>

  

31/12/2018								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
<b>Natureza dos custos</b>								
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503	2.771.101
Conservação especial (manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050	1.966.356
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959	785.621
<b>Total</b>	<b>100.100</b>	<b>274.863</b>	<b>511.449</b>	<b>210.080</b>	<b>738.596</b>	<b>2.595.478</b>	<b>1.092.512</b>	<b>5.523.078</b>

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018, estamos no aguardo do julgamento deste recurso na 2ª Instância.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

### 17. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

#### (i) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

## Notas Explicativas

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

### (ii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. A Concessionária Ecovia e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

### (iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informou que ambas investigações são conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. Com relação as buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiárias da Companhia Concessionaria Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e desligados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informou que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos desligados nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. As subsidiárias Concessionaria Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informam que não foram objeto de denuncia em ação penal, apenas seus executivos desligados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476.

## Notas Explicativas

No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia, em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com, resumidamente, objetivo de apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, assegurar que a investigação fosse conduzida de forma independente e elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação as políticas internas e procedimentos relativos a investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. Mediante a contratação de empresas renomadas, o Comitê Independente procurou assegurar que a apuração empregasse metodologia de investigação forense reconhecida pelo mercado e que os trabalhos fossem conduzidos de forma abrangente e sem obstáculos, tendo resultado na análise de aproximadamente 19.000 documentos, 230.000 arquivos eletrônicos, 170 relatórios de integridade e 248 testes de transação.

Quanto ao desenvolvimento dos trabalhos de investigação independente, a Companhia informou que foram finalizados com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que indicou serem inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. Ainda, o Comitê Independente alertou que o desdobramento das investigações do Ministério Público Federal poderia apresentar novas informações que, por sua vez, poderiam potencialmente resultar em novas alegações ou evidências. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019. Diante desse cenário, a Companhia não dispunha no momento de elementos que a possibilitassem identificar a existência ou não de potencial perda relacionada a esses eventos. Em razão do esgotamento da sua capacidade de atuação diante da inconclusividade apontada ao final do seu trabalho, restaram duas alternativas: o longo, incerto e oneroso processo investigativo ou a imediata colaboração de pessoas envolvidas nos fatos alegados para as Concessionárias do Paraná, uma vez que os ex-executivos tinham condição de prestar informações necessárias ao integral e célere esclarecimento dos fatos.

As informações, esclarecimentos e documentos prestados pelos ex-executivos foram considerados relevantes pelo MPF do Paraná e que, se os fatos se provassem verdadeiros, eventuais penalidades poderiam ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas.

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, contra suas sociedades relacionadas, a ECS e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluio ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecovia. Como pedidos finais, o Estado do Paraná e o DER/PR pretendem a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904 mil) e morais (estimados em R\$ 500.000 mil), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção contra a Ecovia. O valor pleiteado pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, de R\$4.945.904 mil, corresponde, segundo o Estado do Paraná e o DER/PR, ao montante total arrecadado pela Ecovia ao longo de toda a concessão.

Diante do alerta do Comitê Independente acerca de possíveis desdobramentos das investigações do MPF do Paraná, a Companhia contratou renomados escritórios de advocacia

## Notas Explicativas

que fizeram reportes ao Conselho de Administração em que destacaram que a celebração de um acordo de leniência poderia ser uma alternativa viável para a Companhia e as Concessionárias do Paraná.

O Conselho de Administração da Companhia concluiu, em 12 de agosto de 2019, pela celebração de um acordo de leniência ("Acordo de Leniência") para regular a continuidade dos negócios da Companhia e das Concessionárias do Paraná.

Para que os ex-executivos envolvidos se dispusessem a colaborar com as autoridades competentes, foi necessário lhes assegurar certos direitos e protegê-los de certos riscos por meio de relação contratual que disciplinou o ex-executivo envolvido ficar obrigado a colaborar com tais autoridades para que a Companhia firmasse o acordo de leniência. Por isso, em 12 de agosto de 2019, o Conselho de Administração autorizou, para os ex-executivos e mediante o comprometimento desses ex-executivos de esclarecer fatos úteis à Companhia que permitam colaborar com as autoridades brasileiras, (i) o recebimento de certa quantia em moeda corrente pelo prazo de 5 anos (aproximadamente R\$67.305 mil); (ii) não ajuizar ações de responsabilidade civil contra os ex-executivos; e (iii) o reembolso de despesas e custos incorridos pelos ex-executivos em relação a este tema.

O Acordo de Leniência foi firmado em 12 de agosto de 2019 com o MPF do Paraná, homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, estabeleceu que: (a) a Companhia ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 mil a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (b) a Ecovia deve arcar com R\$20.000 mil de obras e R\$100.000 mil de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 mil de obras e R\$120.000 mil de redução tarifária. A redução da tarifa de pedágio ocorre em favor dos usuários de todas as praças de pedágio operadas pelas Concessionárias do Paraná na razão de 30% por, pelo menos, 12 (doze) meses. Adicionalmente, as Concessionárias do Paraná sujeitar-se-ão ao aprimoramento e acompanhamento de seu programa de ética e compliance por monitor independente.

Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a Companhia e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a Companhia, o ECS e as Concessionárias do Paraná venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. O MPF já manifestou desistência do pedido de bloqueio de bens no valor de R\$185.368 em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas (Arresto nº 5008589-29.2019.4.04.7000) na ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. O MPF, ainda, se comprometeu a concordar com a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensação na Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR ("ACP").

O valor total do provisionamento foi de R\$466.834, tendo sido integralmente realizado no período findo em 30 de setembro de 2019 e as despesas foram consideradas indedutíveis para fins de tributação de Imposto de Renda e Contribuição Social. A multa, no valor total de R\$30.000 mil, foi paga em 01 de outubro de 2019 e o início do desconto tarifário também aconteceu na mesma data. As obras não possuem ainda calendário confirmado. Considerando esses prazos, a Companhia classificou o total de R\$198.582 no passivo não circulante.

## Notas Explicativas

### (iv) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada direta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A Ecorodovias informa que foi instaurada uma auditoria interna com objetivo de apurar os fatos. A auditoria contará com apoio externo profissional para seus trabalhos.

Em 30 de setembro de 2019 ainda não existem outras informações relevantes a serem divulgadas.

### 18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxa média de 9,34% ao ano, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos das controladas diretas, revisadas anualmente. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Aquisição de Participação	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23)	1.328.191	114.730	174.367	-	-	1.617.288
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 23)	(275.212)	(39.706)	(34.565)	-	-	(349.483)
Realização da manutenção	(929.908)	-	-	(104.774)	-	(1.034.682)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	197.404	18.664	-	-	33.020	249.088
	<b>320.475</b>	<b>93.688</b>	<b>139.802</b>	<b>(104.774)</b>	<b>33.020</b>	<b>482.211</b>
Circulante	79.074					113.517
Não circulante	241.401					368.694

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23)	1.142.368	88.082	-	-	1.230.450
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 23)	(232.403)	(16.869)	-	-	(249.272)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(90.317)	-	(899.849)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	169.191	-	-	21.161	190.352
	<b>269.624</b>	<b>71.213</b>	<b>(90.317)</b>	<b>21.161</b>	<b>271.681</b>
Circulante	90.503				105.142
Não circulante	179.121				166.539



## Notas Explicativas

### 19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente com taxa média de 9,86% ao ano, na data de registro da provisão, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos das controladas diretas.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Efeito financeiro	30/09/2019
Constituição da provisão para obras futuras	149.155	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(23.540)	-	(23.540)
Realização da construção	(47.803)	-	(47.803)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	19.055	1.094	20.149
	<u>96.867</u>	<u>1.094</u>	<u>97.961</u>
Circulante	71.841		83.126
Não circulante	25.026		14.835

  

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(220)	-	(47.541)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	15.939	-	2.336	18.275
	<u>65.266</u>	<u>(220)</u>	<u>2.336</u>	<u>67.382</u>
Circulante	57.568			57.347
Não circulante	7.698			10.035

### 20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

	Controladora	
	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	632	632
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	310	310
(-) Pagamentos	(82)	(82)
(+) Atualização monetária	89	89
Saldos em 30 de setembro de 2019	<u>949</u>	<u>949</u>

**Notas Explicativas**

	Controladora		
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	-	1.071	1.071
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	262	221	483
(-) Pagamentos	(300)	(295)	(595)
(+) Atualização monetária	38	52	90
Saldos em 30 de setembro de 2018	-	1.049	1.049

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	63.893	9.025	5.873	78.791
Aquisição ECO-050	62	1.070	690	1.822
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	13.071	5.626	328	19.025
(-) Pagamentos	(3.989)	(2.788)	(2)	(6.779)
(+) Atualização monetária	4.462	1.398	(329)	5.531
(+/-) Reclassificações	8	-	(8)	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	77.507	14.331	6.552	98.390

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	66.661	10.721	8.630	86.012
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	4.126	3.913	630	8.669
(-) Pagamentos	(2.683)	(4.001)	-	(6.684)
(+) Atualização monetária	3.122	471	53	3.646
Saldos em 30 de setembro de 2018	71.226	11.104	9.313	91.643

**(a) Processos cíveis**

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- A controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$ 6.522. Em 30 de setembro de

## Notas Explicativas

2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de junho de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$ 6.522, é de R\$ 59.977 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2019, o montante de R\$497.868 (R\$209.187 em 31 de dezembro de 2018), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$42.885 (R\$41.412 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada direta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

### (c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de setembro de 2019, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$187.749 (R\$174.610 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

Processo na controlada direta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 2 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente à discussão, em 30 de setembro de 2019 é de R\$129.813 (31 de dezembro de 2018 é de R\$128.386).

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## Notas Explicativas

### b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2019 o total de reserva legal é de R\$139.343 (R\$139.343 em 31 de dezembro de 2018).

### d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos no período findo em 30 de setembro de 2019 de R\$60.000 refere-se a dividendos remanescentes do exercício de 2018 já aprovados na Assembleia Geral Ordinária em 15 de abril de 2019.

### e) Participações de acionistas não controladores

	30/09/2018 <u>Ajustado (*)</u>
Saldo no início do período	97.948
Aquisição de participação de minoritários	(103.418)
Dividendos	(2.156)
Reserva de capital - plano de opções	3
Participação nos lucros do período	<u>7.623</u>
Saldo no fim do período	<u>-</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3

## Notas Explicativas

### 22. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Nove meses findo em		Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receita com arrecadação de pedágio:								
Pedágio em numerário	-	-	-	-	301.121	249.196	853.041	769.060
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	-	-	385.492	308.468	1.038.007	921.176
Vale-pedágio	-	-	-	-	95.044	71.508	241.081	195.358
Outras	-	-	-	-	1.280	128	1.343	440
	-	-	-	-	782.937	629.300	2.133.472	1.886.034
Receita de construção (d)	-	-	-	-	199.322	136.941	702.157	400.811
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	52.861	45.712	146.288	140.080	20.634	23.889	66.752	74.990
	52.861	45.712	146.288	140.080	219.956	160.830	768.909	475.801
Receita bruta	52.861	45.712	146.288	140.080	1.002.893	790.130	2.902.381	2.361.835
Deduções de receita bruta (e)	(5.625)	(5.098)	(16.085)	(15.667)	(74.197)	(61.299)	(204.397)	(184.162)
Receita líquida	47.236	40.614	130.203	124.413	928.696	728.831	2.697.984	2.177.673

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

**Notas Explicativas**

(e) Sobre as Receitas de Construção não há incidência de tributos:

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Nove meses findo em		Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Base de cálculo de impostos								
Receita com arrecadação de pedágio (a)	-	-	-	-	782.936	629.300	2.133.472	1.886.034
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	52.861	45.712	146.288	140.080	20.635	23.889	66.752	74.990
	<u>52.861</u>	<u>45.712</u>	<u>146.288</u>	<u>140.080</u>	<u>803.571</u>	<u>653.189</u>	<u>2.200.224</u>	<u>1.961.024</u>
Deduções								
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(3.726)	(3.477)	(10.871)	(10.695)	(27.765)	(23.007)	(76.700)	(69.273)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(806)	(752)	(2.351)	(2.313)	(6.014)	(4.983)	(16.614)	(15.005)
ISS (2% a 5%)	(1.093)	(869)	(2.863)	(2.659)	(40.308)	(33.261)	(110.624)	(99.759)
Abatimentos	-	-	-	-	(110)	(49)	(459)	(126)
	<u>(5.625)</u>	<u>(5.098)</u>	<u>(16.085)</u>	<u>(15.667)</u>	<u>(74.197)</u>	<u>(61.300)</u>	<u>(204.397)</u>	<u>(184.163)</u>

**23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

Controladora	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2018		30/09/2018	
	30/09/2019	Ajustado (*)	30/09/2019	Ajustado (*)
Pessoal	41.063	25.098	84.519	68.554
Conservação e manutenção	2.998	2.812	6.335	6.149
Serviços de terceiros	14.947	4.573	22.602	12.228
Seguro	64	5	64	43
Depreciações e amortizações (vide Notas explicativas nº9 e 10)	3.023	3.400	9.479	9.856
Locações de imóveis e máquinas	(814)	1.029	3.174	5.017
Outros custos operacionais	442	825	3.848	4.193
	<u>61.723</u>	<u>37.742</u>	<u>130.021</u>	<u>106.040</u>
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	36.561	25.339	80.760	69.538
Despesas operacionais gerais e administrativas	25.162	12.403	49.261	36.502
	<u>61.723</u>	<u>37.742</u>	<u>130.021</u>	<u>106.040</u>
Consolidado	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2018		30/09/2018	
	30/09/2019	Ajustado (*)	30/09/2019	Ajustado (*)
Pessoal	87.455	63.334	225.218	183.091
Conservação e manutenção	28.305	20.314	73.430	59.498
Serviços de terceiros (**)	35.873	29.594	104.989	88.788
Seguro	3.525	3.123	9.672	9.069
Depreciações e amortizações (vide Notas explicativas nº9 e 10)	139.171	110.201	376.937	325.219
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	13.135	10.639	36.485	31.768
Locações de imóveis e máquinas	4.854	2.762	13.003	10.011
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 18)	58.290	32.349	139.802	71.213
Custos de construção de obras	199.322	136.941	702.157	400.811
Outros custos e despesas operacionais	20.164	14.146	52.549	42.411
	<u>590.094</u>	<u>423.403</u>	<u>1.734.242</u>	<u>1.221.879</u>

**Notas Explicativas**

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	546.501	394.523	1.615.726	1.130.607
Despesas operacionais gerais e administrativas	43.593	28.880	118.516	91.272
	<u>590.094</u>	<u>423.403</u>	<u>1.734.242</u>	<u>1.221.879</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(\*\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Nove meses findo em		Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)
<b>Receitas financeiras:</b>								
Receita de aplicações financeiras	24.581	15.700	51.360	42.506	32.877	25.012	79.877	67.349
Variação monetária sobre debêntures	462	5.095	1.710	5.236	1.046	12.050	3.946	12.483
Variação monetária créditos fiscais	2	250	6	944	1.539	1.752	3.781	3.765
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	-	-	-	-	50
Receita sobre debêntures privada	4.562	-	16.055	-	-	-	2.698	-
Juros ativos sobre cessão da dívida	-	13.133	18.810	44.010	-	8.744	18.810	31.112
Juros sobre mútuo	2.731	8.322	18.486	33.364	-	5.713	10.535	25.712
Juros Capitalizados	-	-	-	-	26.056	6.720	50.355	20.389
Outras receitas financeiras	851	72	2.673	133	1.072	86	2.958	241
	<u>33.189</u>	<u>42.572</u>	<u>109.100</u>	<u>126.193</u>	<u>62.590</u>	<u>60.077</u>	<u>172.960</u>	<u>161.101</u>
<b>Despesas financeiras:</b>								
Juros sobre debêntures	(59.633)	(56.351)	(157.062)	(159.340)	(91.708)	(85.623)	(256.998)	(241.666)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(36.858)	(11.876)	(66.391)	(35.014)
Variação monetária sobre debêntures	(4.070)	(17.874)	(32.673)	(32.797)	(9.330)	(45.220)	(78.821)	(89.596)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(70)	(1.025)	(2.404)	(3.059)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(824)	(525)	(2.813)	(3.079)	(2.092)	(1.403)	(7.576)	(7.481)
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	-	(28.120)	-	(62.614)	-
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras futuras	-	-	-	-	(13.043)	(7.837)	(34.114)	(23.497)
Atualização monetária obrigações fiscais	(61)	(9)	(89)	(90)	(1.878)	(1.585)	(5.538)	(3.645)
Juros sobre debêntures privada	(5.754)	-	(16.848)	-	-	-	-	-
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(1.083)	(3.111)	(7.772)	(9.768)	(1.845)	(4.196)	(10.174)	(12.153)
Juros sobre arrendamento mercantil - CPC06 (R2)	(935)	(1.138)	(2.935)	(3.415)	(1.400)	(2.248)	(4.752)	(6.745)
Outras despesas financeiras	(2.983)	(392)	(6.084)	(888)	(5.932)	(2.456)	(14.959)	(7.001)
	<u>(75.343)</u>	<u>(79.400)</u>	<u>(226.276)</u>	<u>(209.377)</u>	<u>(192.276)</u>	<u>(163.469)</u>	<u>(544.341)</u>	<u>(429.857)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(42.154)</u>	<u>(36.828)</u>	<u>(117.176)</u>	<u>(83.184)</u>	<u>(129.686)</u>	<u>(103.392)</u>	<u>(371.381)</u>	<u>(268.756)</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

## Notas Explicativas

### 25. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO - CONSOLIDADO

#### a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro/(prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)
Lucro/(prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	(37.199)	439.358
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>(0,05)</u>	<u>0,63</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

#### b) Lucro/(prejuízo) diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### 26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

#### Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018 Ajustado (*)	30/09/2019	31/12/2018 Ajustado (*)
Dívida (a)	3.823.109	3.208.146	7.890.772	6.749.012
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(1.565.195)	(913.958)	(2.095.664)	(1.682.086)
Dívida líquida	<u>2.257.914</u>	<u>2.294.188</u>	<u>5.795.108</u>	<u>5.066.926</u>
Patrimônio líquido (b)	933.192	1.022.255	933.192	1.022.255
Índice de endividamento líquido	<u>2,42</u>	<u>2,24</u>	<u>6,21</u>	<u>4,96</u>



## Notas Explicativas

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12, 13, 14 e 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 99,3% do CDI em 30 de setembro de 2019 (99,3% do CDI em 31 de dezembro de 2018), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 12, 13, 14 e 16.

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2019 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
	Valor justo através do		
Caixa e bancos (ii)	resultado	28.054	28.054
Clientes (i)	Custo amortizado	153.907	153.907
Aplicações financeiras e títulos e	Valor justo através do		
valores mobiliários (ii)	resultado	2.067.610	2.067.610
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	57.362	57.362
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	1.443.571	1.443.571
Debêntures (iii)	Custo amortizado	5.570.093	5.570.093
Arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	6.619	6.619
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	870.488	870.488
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	Custo amortizado	10.280	10.280

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil estão

## Notas Explicativas

registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

(v) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

### Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da

## Notas Explicativas

probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

#### i) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$101.882 (R\$84.737 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de

**Notas Explicativas**

empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	182.018	-	-	-
Debêntures ECOSUL	110,75% CDI	53.061	-	-	-
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	61.274	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	150.395	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	61.913	44.163	390.664	773.167
Debêntures - Cataratas	-	-	-	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	136.076	140.862	116.312	39.035
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,00% CDI	22.909	6.950	7.373	122.645
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,50% CDI	28.164	10.123	10.742	189.051
Debêntures - Eco101	CDI + 2,56% a.a.	2.532	25.486	-	-
Debêntures - ECO135	117,50% CDI	239.194	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	124.649	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	63.029	227.166	223.378	219.028
Debêntures - ECS	106,00% CDI	-	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	197.190	-	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,50% CDI	79.095	21.540	22.857	363.656
Debêntures - ECS	114,85% CDI	107.000	-	-	-
Debêntures - ECS	106,00% CDI	25.946	321.796	-	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	63.411	43.972	399.956	377.883
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0% a.a.	3.652	2.046	2.126	41.047
Debêntures - ECS	IPCA + 7,4438% a.a.	35.781	28.881	29.998	503.984
Debêntures - ECS	CDI + 1,30% a.a.	77.850	55.293	55.518	918.068
Debêntures - ECS	IPCA + 5,50% a.a.	5.082	3.899	4.050	94.759
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	53	8	-	-
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	47	46	44	4
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	144	-	-	-
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	33.794	25.884	8.081	13.709
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	6.861	6.431	6.000	8.552
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	26.496	26.496	26.496	165.598
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	34.029	34.029	34.029	263.725
Empréstimos e Financiamentos ECO101	21,27% a.a.	23	-	-	-
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	7.956	7.956	7.956	78.895
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	14.623	14.739	14.739	151.071
Arrendamento Mercantil - ECO050	4,37% a.a.	546	236	-	-
BNDES- ECO050	TJLP + 2% a.a.	23.077	23.079	23.079	375.032
BDMG - ECO050	TJLP + 2% a.a.	8.943	8.943	8.943	145.330
CEF - FINISA - ECO050	TJLP + 2% a.a.	26.129	26.128	26.127	424.327
CEF - FDCO - ECO050	7,50% a.a.	17.781	17.426	16.850	173.452
Debêntures - ECO050	IPCA+9,00% a.a.	11.338	9.153	10.214	169.389
NP - Argovias	CDI + 2,25% a.a.	65.046	-	-	-
		<u>1.997.107</u>	<u>1.132.731</u>	<u>1.445.532</u>	<u>5.611.407</u>

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	87.703	109.629	131.554
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(311.906)	(345.580)	(379.080)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(247.563)	(256.022)	(264.446)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(4.812)	(7.038)	(9.657)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(10.128)	(10.600)	(11.072)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(104.173)	(146.569)	(195.907)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(590.879)</u>	<u>(656.180)</u>	<u>(728.608)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de setembro de 2019 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	5,70%	7,13%	8,55%
IPCA (b)	4,60%	5,75%	6,90%
TJLP (c)	6,00%	7,50%	9,00%

*Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Setembro/2019.*

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

## Notas Explicativas

### 27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de outubro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 276957/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico